

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ – UNESPAR CAMPUS DE PARANAVAÍ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA, LICENCIATURA

PARANAVAÍ MAIO DE 2018



COORDENADOR DO CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA

José Antônio Demétrio

EQUIPE DE REVISÃO

Núcleo Docente Estruturante

COLEGIADO DE GEOGRAFIA

Docentes

Edilaine Valéria Destefani Cunha

Ênio Luiz Debarba

Fernanda Perdigão da Fonseca Toniol

Gilmar Aparecido Asalin

Givaldo Alves da Silva

José Antônio Demétrio

José Ricardo de Oliveira

Lucas César Frediani Sant'Ana

Marcelo Caetano de Cernev Rosa

Patrícia Sousa

Virgílio Manuel Pereira Bernardino



SUMÁRIO

1. CURSO	05
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	05
1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS	05
2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	05
2.1 LEGISLAÇÃO BÁSICA	05
2.2 DA CRIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO CURSO	07
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	09
3.1- JUSTIFICATIVAS	09
3.2- CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	10
3.3 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	11
3.4 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	14
3.5 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL	17
4. ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO	20
4.1 DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS	20
5. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES	21
6. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO	64
6.1 PROGRAMA E PROJETO DE PESQUISA	64
6.2 PROGRAMA E PROJETO DE EXTENSÃO	65
6.2.1 PROGRAMA DE BOLSA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PIBEX)	65
6.2.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID	65
6.2.3 UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS	66
6.2.4 ATIVIDADES VINCULADAS ÀS DISCIPLINAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO GEOGRAFIA	
6.2.4.1-METODOLOGIA, ENSINO E APRENDIZAGEM NA EXTENSÃO	66



7.0 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	67
8.0 CORPO DOCENTE	68
8.1 NÚMERO DE DOCENTES POR TITULAÇÃO	.73
9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	73
10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL	.72
11. REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GEOGRAFIA	75
12. REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GEOGRAFIA	82
13. POS-GRADUAÇÃO EM "GEOGRAFIA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL"	



1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Geografia		
ANO DE IMPLANTAÇÃO	1966		
CAMPUS	Paranavaí		
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Humanas e da Educação		
CARGA HORÁRIA	3.158 horas		
HABILITAÇÃO	(X) Licenciatura () Bacharelado		
	(X) Seriado anual com disciplinas anuais;		
REGIME DE OFERTA	() Seriado anual com disciplinas semestrais;		
	() Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).		
INTEGRALIZAÇÃO	MÍNIMO DE 4 ANOS E MÁXIMO DE 6 ANOS		

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		40
	() Matutino	Número de vagas:
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR	() Vespertino	Número de vagas:
PERÍODO	(X) Noturno	Número de vagas: 40
	() Integral	Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 LEGISLAÇÃO BÁSICA

Lei nº 9.394/96 Estabelece diretrizes e bases da educação nacional.

Lei Federal nº 9.795/1999 Estabelece sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Parecer CNE/CES nº 492/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.



Parecer CNE/CES nº 1363/2001 Retifica o Parecer CNE/CES nº 492/2001 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Resolução CNE/CES nº 14/2002 Estabelece as Diretrizes Curriculares dos cursos de Geografia.

Lei nº 10.436/2002 Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outras providências.

Resolução CNE/CP nº 1/2004 Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Parecer CNE/CP n° 3/2004 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Decreto Federal nº 5.626/2005 Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Deliberação CEE nº 04/2006 Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2006.

Lei nº 11.788/2008: Dispõe sobre o estágio de estudantes.

Deliberação CEE n° 02/2009 Normas e realização de Estágio obrigatório e não obrigatório na Educação Superior, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Especialização Técnica de Nível Médio, de Curso de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no Ensino Médio, nas Séries Finais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Resolução CNE/CP nº 1/2012 Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução CNE/CP nº 2/2012 Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Parecer CNE/CP nº 8/2012 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Parecer CNE/CP n° 14/2012 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Lei Estadual nº 17.505/2013 Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.



2.2 DA CRIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DO CURSO

Na década de 1960, Paranavaí, não só pela extensa região abrangida, pela área de influência, sentia a real necessidade, quer do ponto de vista da carência em profissionais de nível superior, quer do ponto de vista cultural, e para atender a uma população representada por milhares de secundaristas, conseguiu a aprovação pela Assembleia Legislativa do Estado para a implantação do Ensino Superior.

Através da Lei Municipal n.º 389, de 27 de outubro de 1965, foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranavaí, tendo como mantenedora a Fundação Educacional do Noroeste do Paraná – FUNDENORPA. Com o Estatuto aprovado através do Decreto Municipal nº. 855, de 10 de novembro de 1965.

Em 12 de dezembro de 1990, através da Lei n.º 9.466, a FAFIPA foi estadualizada passando a denominar-se Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí. Quase um ano depois, em 16 de setembro de 1991, com a Lei n.º 9.663, foi transformada em Autarquia Estadual com o nome de Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Pela Lei Estadual nº 13.213, de 25 de outubro de 2001 foi criada a *Universidade Estadual do Paraná (Unespar), instituição multicampi e multirregional*, mas sofreu alteração pelas Leis Estaduais nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e nº 17.590, de 12 de junho de 2013 e credenciada pelo Decreto nº 9538, de 05 dezembro de 2013. A Unespar é constituída pelos seguintes *campi*: *Campus* de Apucarana - Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana; *Campus* de Curitiba I – Escola de Música e Belas Artes; *Campus* de Curitiba II – Faculdade de Artes do Paraná; Campus de Campo Mourão – Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão; *Campus* de Paranaguá - Faculdade Estadual de Filosofia; Ciências e Letras de Paranaguá; *Campus* de Paranavaí - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí; *Campus* de São José dos Pinhais – Escola Superior de Segurança Pública da Academia Militar do Guatupê; *Campus* de União da Vitória - Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória.

É relevante enfatizar que estamos nos referindo a uma Universidade pública, gratuita, de qualidade que atende predominantemente estudantes trabalhadores, vinculados ao baixo desenvolvimento do Noroeste paranaense. Conforme Asalin, (2015) e Bernardino, (2016)



observou-se que existe um grande contingente de estudantes que realizam o percurso, num raio aproximado de 100 km para frequentar o curso de nível superior.

Os princípios que norteiam a LDB e esse PPC vão ao encontro de romper com as limitações impostas por um currículo mínimo. Nesse contexto, favorece a autonomia acadêmica da IES, à medida em que possibilita a flexibilização das estruturas curriculares em consonância com os novos paradigmas do conhecimento e do saber.

O Curso de Geografia, da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA, surge junto com a fundação da IES, cuja autorização para o funcionamento ocorreu a partir do Parecer n.º 01/66 de 07 de janeiro de 1966 com o respaldo do Parecer n.º 412/62, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação pelo Documento n.º 11 do CFE. Já o seu reconhecimento junto ao Conselho Estadual de Educação – Parecer n.º 676/71, Doc. 130, P. 112, consubstanciado no Decreto Federal n.º 69599, de 23 de novembro de 1971 – D.O. de 26 de novembro de 1971

O Curso de Geografia passou pelos seguintes regimes:

- 1966 à 1973: Regime anual
- 1974 à 1993: Regime semestral

A partir de 1994, o Regime do curso de Geografia passou a ser anual. Com a Lei de Diretrizes e Base LDB, o MEC passou a exigir a cada 5 anos a renovação do reconhecimento do Curso. Deste modo, em 2005 – O Conselho Estadual de Educação, emitiu parecer favorável à adequação da proposta pedagógica às diretrizes curriculares nacionais, do Curso de Geografia (Licenciatura) - Parecer nº 189/05 de 04 de maio de 2005-CEE, e foi autorizado pelo Decreto nº 5195 de 04 de agosto de 2005 do Governo do Estado do Paraná.

A última autorização de renovação do reconhecimento, pelo prazo de 5 (cinco) anos, do Curso de Geografia de Graduação em Geografia, Licenciatura, com carga horária de 3.158 horas, 40 vagas, funcionamento no período noturno, foi publicada no diário oficial n. 8 219 de 12 de maio de 2010, com o Decreto n. 7 063. No ano de 2010 – O Conselho Estadual de Educação, emitiu parecer favorável à Renovação do reconhecimento do curso de graduação em Geografia Licenciatura ofertada pela FAFIPA – combinado com Artigos 17 da Lei federal 9 394 de 20 de dezembro de 1996 Parecer nº 91/2010 do conselho de Educação do Estado do Paraná. Contido no protocolado sob o n. 10 407 657 3.



3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 JUSTIFICATIVA

Alteração do Projeto Pedagógico de Curso Licenciatura em Geografia em funcionamento

A Geografia é uma ciência que tem por objeto de estudo a organização do espaço geográfico e compreender esse espaço produzido pela sociedade, suas desigualdades e contradições, as relações de produção que nela se desenvolvem e a apropriação que essa sociedade faz da natureza.

A concepção da relação entre sociedade e natureza evoluiu no tempo e no espaço. O desenvolvimento técnico científico acelerou o tempo de produção (Surtegaray; Nunes, 2001), assim como, os (re) arranjos espaciais e junto a isso mudanças culturais são estabelecidas.

Concomitantemente é necessário que o professor de Geografia esteja preparado, conhecendo e analisando os contextos geográficos que se concretizam na sociedade atual. Nesse sentido o Curso de Licenciatura em Geografia tem a necessidade de alterar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) adequando-o de tal maneira que possibilite que o professor formado esteja preparado intelectualmente na teoria, como também em sua prática pedagógica cotidiana para os desafios que a educação atual necessita de acordo com as transformações da sociedade.

Além disso, o curso de Geografia precisa adequar-se ao tripé ensino-pesquisa-extensão que são estabelecidos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNESPAR.

O curso de Geografia forma profissionais docentes para a educação básica e ensino médio, portanto, adequações devem estar vinculadas nos programas das disciplinas e atividades a serem desenvolvidas atendendo o estabelecido na RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (n. 9394/96) que preconiza o estabelecimento de diretrizes gerais para a elaboração de currículos dos cursos de graduação superior. Junto a isso, o Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia deve possibilitar a formação do profissional com habilidades para o processo de ensino aprendizagem condizentes com os princípios e diretrizes que norteiam a teoria e a prática docente e a realização da interdisciplinaridade por meio dos temas transversais (DCN Geografia, 2008).

A redução da exclusão social e cultural perpassa o ambiente escolar, ele se faz necessário à medida que o entendemos como direitos individuais e coletivos em prol do desenvolvimento humano. Neste contexto, o ensino superior tem a sua parcela importante de participação, a medida em que interage de forma direta com o ensino básico e a formação de



professores, desenvolvimento de programas como o PIBID e o fazer ciência, fundamental para criar a base do ensino científico, e levar o país a menor dependência tecnológica.

Em busca de profissionais que sejam agentes transformadores da sociedade este Projeto Político Pedagógico, vinculado ao curso de Geografia – Licenciatura, da Universidade Estadual do Paraná, campus Paranavaí, se faz relevante e requer alterações. A ação do curso em formar profissionais de Paranavaí e do Noroeste do Estado, ao longo de 5 décadas, vai ao encontro de fortalecer as relações regionais, a medida em que desenvolve, dentre outras, pesquisas sobre Paranavaí e área de influência, atividades que se fazem necessárias junto à comunidade externa, projeção de novos profissionais no mercado para exercer o papel do profissional licenciado.

3.2 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

Fundamentação teórica e princípios norteadores do curso e da formação profissional

A organização curricular do curso de Geografia – Licenciatura, estrutura-se de tal modo a contemplar as necessidades da formação docente na sociedade atual. O curso tem duração de quatro anos e habilita o profissional a atuar como docente em Geografia para a Educação Básica (ensino fundamental e médio) em escolas públicas e privadas, além de outras atividades pedagógicas multidisciplinares que lhe compete como profissional da Geografia.

A grade de disciplinas do curso oferece conhecimentos filosóficos e epistemológicos da ciência geográfica, conhecimentos teóricos e práticos e de extensão que formam a base conceitual e contextual multidisciplinar da Geografia que envolve as relações sociedade e natureza, disciplinas que norteiam o conhecimento didático pedagógico na área da educação e o estágio supervisionado no qual se desenvolve a prática pedagógica nas escolas.

Os conteúdos sobre as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que são estabelecidos na Lei n. 10.639/2003 na Resolução CNE/CP n. 1/2004 e da Deliberação CEE/PR n. 04/2006, vem introduzido no programa da disciplina Geografia da População.

A Geografia é uma ciência com estreita relação com o meio ambiente e por isso a educação ambiental é tema que pode ser abordado em todas as disciplinas uma vez que só se faz Geografia, estabelecendo as relações homem/meio no espaço geográfico. Sendo assim, a Educação Ambiental estabelecida na Lei n. 9.795/1999 pelo Decreto n. 4.281/2002 será



desenvolvida junto ao programa de disciplinas que são mais centradas num contexto ambiental como Geologia, Biogeografia, Geomorfologia, Pedologia entre outras.

A disciplina de Libras está introduzida como disciplina específica no currículo estando de acordo com o Decreto Federal n.º 5.626/05, que regulamenta a Lei Federal n.º 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais para a formação docente.

3.3 METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O ensino da geografia é fundamentado nos conhecimentos filosóficos, teóricos e metodológicos, cujo objetivo é compreender os processos envolvidos na relação homem/natureza e dominar as abordagens científicas relativas à produção e, principalmente, à aplicação do conhecimento geográfico. Assim, a metodologia de ensino e aprendizado do curso de Geografia – licenciatura, campus de Paranavaí tem como princípio, a formação de cidadãos conscientes da compreensão do meio ambiente e da sociedade, desenvolvendo papel de membro integrante e transformador, além de preparar o aluno para o mercado de trabalho, cada dia mais competitivo.

Os fundamentos teóricos, devem destacar o combate ao relativismo epistemológico e cultural das pedagogias atuais. Na teoria de Piaget, a pedagogia construtivista, o aluno é posicionado no centro do processo de ensino e aprendizagem, sendo o centro do processo, e sua estrutura cognitiva é seu balizador do processo de ensino.

Como instrumentos de aprendizagem, os docentes do curso dispõem de uma série de ferramentas, tais como o uso de projetor multimídia, do quadro-negro e dos laboratórios vinculados ao colegiado do curso, como o de Cartografia Temática e Digital, de Geologia e Sedimentologia e de Biogeografia.

A formação do licenciado em geografia se baseia na integração deste entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão. A formação integral deve proporcionar ao aluno as oportunidades de participação em projetos nestas três bases que integram a formação superior, sendo a partir de:

 Ensino oportunizado em sala de aula e em laboratórios e atividades práticas de campo, conforme estipulado no plano de ensino, particular a cada disciplina do curso;



- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID;
- Programa de Iniciação Científica e Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIC/PIBIC;
- Projetos de Extensão desenvolvidos pelos docentes do curso, bem como pelos demais docentes da IES.

O Ensino no curso de Geografia, promove a criatividade e a curiosidade do acadêmico em relação às áreas do conhecimento geográfico e demais áreas correlatas. A possibilidade de participação em projetos de pesquisa, extensão e ensino fortalece as bases científicas, tecnológicas e de inovação permeadas pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O conhecimento gerado pelas atividades de ensino e pesquisa alimenta a extensão, possibilitando a execução de projetos que contribuam efetivamente com a comunidade e a formação integral do acadêmico. Ao realizar o trabalho contextualizado, as metas propostas na missão da instituição de produzir e disseminar o conhecimento são atendidas.

Diante do quadro atual que envolve a sociedade, propõe-se uma Geografia que contemple as perspectivas de transformações. Para que se possa compreender o mundo em transformação, deve-se trabalhar a metodologia de ensino da Geografia numa concepção mais crítica (dialética) conforme expressa Vasconcelos:

[...] uma Metodologia dialética de construção do conhecimento em sala de aula pode ser expressa através de três grandes momentos da dialética [...]. Como superação tanto da metodologia tradicional quanto da escolanovista. Indica-se pois: - Mobilização para o Conhecimento - Construção do Conhecimento - Elaboração e Expressão da Síntese do Conhecimento (1993, p. 42).

Com a preocupação em relação às transformações sociais, a ciência geográfica vem discutindo o ensino da Geografia. Diante disso, há de implementar-se uma discussão reflexiva quanto à postura metodológica utilizada.

Diante de um quadro evolutivo que exige inovações em todas as áreas de conhecimento, mudanças são necessárias. Ainda sobre a metodologia Vasconcelos enfatiza:

A metodologia de trabalho em sala de aula é uma síntese, uma concretização, um reflexo de toda uma concepção de educação e de um conjunto de objetivos (mais ou menos explícitos). Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se numa concepção do homem e do conhecimento onde se entende o homem como um ser ativo e de



relações. Assim compreende-se que o conhecimento não é transferido ou depositado pelo outro (conforme a concepção tradicional) nem é "inventado" pelo sujeito (concepção espontaneísta), mas sim construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo (VASCONCELOS, 1993, p. 41)

Segundo Cavalcanti, muitos autores trabalham conteúdos críticos, porém, isso não é suficiente; deve-se antes de tudo ter a preocupação de não passar conteúdos contraditórios e fragmentados. "É preciso, ainda, propiciar aos alunos o desenvolvimento de um modo de pensar dialético, que é um pensar em movimento e contradição" (1998, p. 23).

Ainda complementando os pressupostos a respeito da metodologia do ensino da geografia ressalta-se:

A dialética fundamental, quando estamos nos referindo ao processo escolar de ensino-aprendizagem, mesmo que possa e deva se expressar na formulação dos conteúdos, não está exclusivamente neste, mas vai além e se concretiza na identificação das carências (formulação das questões) e na busca de soluções (formulação de respostas) (...) a relação escolar, na medida em que se fundamenta no ensino da lógica formal, mais do que passar este ou aquele conteúdo fragmentado – isento de contradições – permite ao educando apropriar-se de perguntas e respostas prontas, enquanto processo de dialetização do ensino, não é simplesmente, a reprodução de textos elaborados a partir desse tipo de lógica, mas, mais que isso, é a possibilidade de viver a contradição imanente entre a necessidade e sua superação, no plano da construção intelectual (SANTOS, APUD CAVALCANTI, 1998, p. 24).

Diante das transformações que ocorrem no espaço geográfico, conduzido pela sociedade, não é mais possível pensar o lugar como único, pois esse está sempre em constante transformação, levado pela dinâmica das mudanças. É natural que, diante dessas concepções, também não seja mais possível estudar esse espaço como aquele onde as informações se caracterizavam em transmissão de dados e descrição gerais do mundo e dos lugares. Temos que pensar numa Geografia que contemple politicamente os interesses da população, ou seja, devemos propiciar ao acadêmico a compreensão de espaço dinâmico e de transformação. A respeito do espaço geográfico e sociedade, Oliva diz:

Pensar as relações espaço geográfico e sociedade, global e local, moderno e tradicional, por exemplo, são aspectos indispensáveis para a elaboração de uma geografia que não seja meramente descritiva ou



localizada (1995, p. 46).

Quando se fala em trabalhar dentro de uma linha dialética, não se está impondo a Dialética Marxista, que perdeu um tanto de sua originalidade com a minimização da força de seu modo de produção (o socialismo). Estamos falando da dialética que permeia os debates muito antes da teoria marxista. Embora para alguns teóricos a Dialética Marxista ainda esteja ativa, diante das mudanças globais, não condiz mais com o sistema, nas discussões que permeiam a realidade atual. Não se considera com isso, a decadência da dialética (que na maioria das vezes é entendida apenas sobre o ponto de vista do modo de produção socialista) a dialética que se propõe é a que sempre esteve presente, é a da mudança, transformação, é ver o mundo em constante movimento, é trabalhar dentro de uma linha histórico-crítica.

Dentro desse "mundo" globalizado, a forma de trabalhar os conteúdos deve relevar a dinamicidade dos acontecimentos, visando formar um cidadão com uma visão mais crítica. Para tanto, devemos estar atentos às transformações para não correr o risco de nos tornarmos ultrapassados demais. Dizemos demais, porque sabe-se que diante de um "mundo" que teve uma transformação acelerada nos últimos anos (com o elevado desenvolvimento tecnológico e a abertura econômica que influenciou em toda a dinâmica do espaço), levada à era da informatização, não é possível acompanhar a dinâmica estrutural ocorrida no espaço geográfico com um ensino metodológico dentro de uma Geografia tradicional.

Considerando-se a produção socioeconômica e ambiental na atualidade, já se entra em salas de aulas com conteúdo desatualizado, portanto, a visão dialética conduziria à novas perspectivas, já que o acadêmico deve estar incluído neste contexto como agente ativo, interagindo e colaborando no desenvolvimento das atividades educativas e científicas coordenadas pelo docente.

Entende-se que a metodologia do ensino da Geografia não está restrita apenas à sala de aula, mas ocorre em diferentes situações e ambientes. É de suma importância o trabalho de campo para concretização do processo de ensino-aprendizagem, pois o conhecimento só ocorre efetivamente articulando teoria e prática.

3.4 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Em consonância com o Projeto Político Institucional da Unespar, aprovado em sessão



ordinária do COU, realizada em 04/04/2018 "A avaliação define-se como o momento de expressão da síntese relativa ao trabalho desenvolvido pelos professores e alunos para a apreensão de um novo conhecimento. Deve se manifestar, envolvendo o processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração as atividades desenvolvidas em sala de aula e/ou fora dela, de acordo com o plano de ensino docente. A avaliação necessita expressar a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo e evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade".

Neste sentido, A avaliação de desempenho acadêmico, parte integrante do processo ensino-aprendizagem, é feita por disciplina, respeitando o princípio norteador enunciado no parágrafo anterior e incide sobre a frequência e o aproveitamento escolar do aluno.

Independentemente dos demais resultados obtidos, é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência mínima de 75% por cento nas aulas e demais atividades programadas.

As avaliações bimestrais, definidas de acordo com o Plano de Ensino de cada disciplina (devidamente aprovado pelo colegiado do curso), visam a avaliação progressiva do aproveitamento do aluno e deverão ter entre os instrumentos avaliativos, prova individual escrita; trabalhos, individuais ou em grupo (atividades práticas e de laboratório, produção de material pedagógico, trabalhos escritos); relatórios; seminários; resenhas; artigos; projetos de pesquisa; projeto de ensino, projeto de extensão (criação e execução de atividades); estágio supervisionado: detalhado no relatório de estágio; debates; auto avaliação e trabalhos interdisciplinares.

A cada verificação de aproveitamento bimestral é atribuída uma nota, expressa em grau numérico de zero (0,0) a dez (10,0).

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

I. Independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 7,0 (sete), correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares realizados durante o semestre letivo;

II. Mediante exame final, o aluno que tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 7,0 (sete), obtiver média final não inferior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética entre a



nota do aproveitamento e a nota do exame final.

O aluno reprovado em até duas disciplinas pode ser promovido ao período seguinte com dependência nas disciplinas em que foi reprovado.

A avaliação faz parte do cotidiano de uma sociedade, e a universidade por fazer parte dela, deve ter como princípio, diagnosticar, se ocorreu aprendizagem ou não, procurando superar dificuldades, propor novos rumos, retomar de outro modo para efetivar o processo, lembrando que o erro é um importante elemento, se bem trabalhado, para o processo de ensino e aprendizagem (HADJI, 2001)

A partir da avaliação, precisamos favorecer a formação dos profissionais da educação, neste sentido, é preciso extrair das ações dos mesmos, do trabalho cotidiano e do processo de construção e produção do conhecimento, dentro de cada disciplina do curso, a essência da aprendizagem.

Aos professores cabe a coerência na hora de verificar o desempenho escolar de seus alunos, eles detêm o livre arbítrio e representam a autoridade na hora de elaborar e avaliar as competências que julgarem relevantes, a partir dos mais variados mecanismos.

O rendimento do acadêmico deve ser feito com critérios claros, levando em conta que a avaliação representa um mecanismo de orientação dos estudos dos avaliados, assim como, os mais relevantes elementos para a formação do profissional da educação, não esquecendo que seus resultados devem ser utilizados pelo docente também para mudar e melhorar sua prática pedagógica.

É importante que uma avaliação seja composta por questões e ou situações problemas, que acima de tudo reflitam as aulas ministradas, ou seja, que consigam ir ao encontro das necessidades de formação de um profissional competente, exigindo reflexões à cerca dos conteúdos trabalhados, com os mais variados contextos. Não podemos perder de vista que os instrumentos de avaliação sejam diversificados, pois a aprendizagem perpassa diferentes tipos de alunos, com inúmeras capacidades. O processo de verificação da aprendizagem não pode ser único, mas formativo e cumulativo dentro de cada período, no caso da Unespar, bimestralmente.

Os acadêmicos podem ser avaliados: por questões objetivas, dissertativas; seminários;



produções e análises de mapas; micro aulas; resumos; sínteses; pesquisas; relatórios de trabalhos de campo; produção de texto; interpretação de textos; estudos dirigidos; produção de projetos de pesquisa; produção de projetos de extensão; seminários; produção de materiais didáticos. Além deste rol de mecanismos de avaliações, outras atividades podem ser desenvolvidas dentro de cada disciplina, ou articuladas às mesmas, em prol de romper com a concepção do ensino fragmentado dentro do curso de Geografia e até mesmo da dicotomia entre a Geografia Física e Humana (MENDONÇA, 1998).

O Plano de Ensino deve apresentar com clareza os critérios e instrumentos de avaliação dos componentes curriculares, devidamente discutido com os pares e aprovados no colegiado do curso.

Dentro das estratégias avaliativas, é preciso ocorrer a articulação de distintas disciplinas, buscando a correlação entre os mais variados assuntos, a exemplo do uso dos elementos inerentes a Cartografia como instrumentos para avaliar e mediar o processo de aprendizagem nas variadas disciplinas da grade curricular do curso de Geografia, sempre pensando em uma formação profissional mais completa. Essa e outras articulações são estratégicas e relevantes, especialmente quando se trata da avaliação externa, o caso do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE, que mensura o nível e qualidade dos cursos superiores a cada 4 anos, exigindo dos avaliados uma visão mais holística.

3.5 PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

O curso de Licenciatura em Geografia prepara profissionais para atuarem como professores para a rede básica de Ensino Fundamental e Médio, para escolas públicas e privadas, bem como em atividades multidisciplinares de caráter pedagógico que contemple a teoria e prática do conhecimento geográfico. Em consonância com o currículo do curso e demais



atividades desenvolvidas espera-se que o perfil do profissional seja definido por características comuns dos cursos de licenciatura e as diversidades específicas da área do conhecimento da Geografia pertinentes a formação profissional. Assim o perfil do profissional deve contemplar:

- Competências técnico-científicas e profissionais no processo de seleção das informações e dos conhecimentos científicos e socioculturais;
- Independência e autonomia de pensamento no âmbito do conhecimento e dos processos e formas de aprendizagem, possibilitando a criação de mecanismos inovadores para sua formação continuada;
- Capacidade de tomar decisões criativas, pautadas na lógica, no raciocínio críticoreflexivo e na argumentação dialética para a formação da cidadania consciente;
- Entendimento do trabalho coletivo como estratégia adequada e significativa para o enfrentamento dos problemas desafiadores que pautam o contexto social;
- Capacidade de compartilhar saberes e articular seu trabalho para contribuições em diferentes áreas do conhecimento, questionando a realidade social e favorecendo mudanças;
- Domínio e produção de diferentes estratégias de informação e comunicação tecnológica que possibilitem o acesso ao conhecimento e melhoria da qualidade no desempenho profissional;
- Utilização de metodologia científica para gerir a organização do trabalho acadêmico, favorecendo as políticas de associabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O profissional de Geografia deve ter como formação específica desejada:

- Entender o papel social da escola em sintonia com os valores democráticos da sociedade;
- Deve dominar o conhecimento concreto do saber geográfico e ter condições de ministrar o conhecimento geográfico de maneira completa, no ensino básico, articulado ao campo de conhecimento complementar e interdisciplinar, inclusive no campo pedagógico;
- Estar capacitado para a realização de processos de investigação científica e



pedagógica que possibilite o aperfeiçoamento da prática educacional em geografia;

- Identificar os processos pedagógicos relacionados a prática social concreta que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas;
- Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento;
- Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais;
- Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos;
- Propor e elaborar projetos de pesquisa no âmbito de área de atuação da Geografia;
- Utilizar os recursos da informática para representação da realidade geográfica;
- Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes multidisciplinares;
- Dominar conhecimento teórico-metodológico referentes aos postulados da Geografia Física, da Geografia Humana, da Geografia Regional e da Cartografia;
- Dominar conhecimento científico e técnico, pela integridade das temáticas e conteúdos teóricos e práticos específicos de cada área da Geografia;
- Desenvolvimento de vivências, de situações de práticas pedagógicas (sala de aula e outros ambientes ou situações educativas), técnica (laboratórios, tratamento de informações e produção cartográfica) e científica (produção e divulgação do conhecimento geográfico em eventos e publicações);



4. ESTRUTURA CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO

Área/Matéria	Série	Cód.	Disciplinas	Carga Horária
			Evolução do Pensamento Geográfico	68
			Iniciação a Pesquisa Científica em Geografia	102
			Língua Portuguesa	68
	1ª		Fundamentos de Geologia e Petrografia	102
			Cartografia do Brasil	136
			Cartografia	136
			Prática Curricular I	68
	SUBTO	TAL		680
			Climatologia	68
			Didática da Geografia	68
			Política Educacional	68
	าล		Psicologia da Educação	68
	2ª		Hidrologia Continental e Oceânica	68
			Geomorfologia	136
			Sociologia	68
1 Formação CEDAI			Prática Curricular II	102
1. Formação GERAL (De acordo com a	SUBTO	TAL		646
diretriz nacional)			Ecologia	136
un con 2 nucronur,			Pedologia	68
			Geografia do Paraná	68
GEOGRAFIA			Filosofia e Ética	68
	3 <u>a</u>		Geografia Agrária	68
	3-		Geografia da População de Movimentos Migratórios	68
			Estágio Supervisionado em Geografia I	204
			Prática Curricular III	102
			Lingua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68
	SUBTO	TAL		850
			Geografia Urbana	68
			Geografia Econômica	68
			Biogeografia	136
	43		Organização do Espaço Mundial	136
	4ª		Estágio Supervisionado em Geografia II	204
			Prática Curricular IV	102
			História e Cultura dos Povos Indígenas e Afro-brasileiros	68
	SUBTOTAL			782
Atividades Ac			1ª a 4ª	
	Complementares		(Ver tabela de atividades complementares)	200
		•	ГОТАL	3158



5. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES CURRICULARES

1ª SÉRIE

DISCIPLINA:	Evolução do pensamento geográfico
C/H TOTAL:	64

EMENTA:

Ideias Geográficas dos povos primitivos. A Geografia da Antiguidade Clássica, Medieval e dos Árabes. Pressupostos históricos da Geografia Moderna (ORacionalismo e o Positivismo). A crise da Geografia Tradicional e o movimento de renovação. O Neopositivismo e a Geografia Quantitativa. O Materialismo Histórico e Dialético e a Geografia como Ciência Crítica. As abordagens alternativas: A Geografia Idealista, a Geografia Humanística, a Geografia Témpora-Espacial. A Geografia no Brasil: Evolução e tendências

REFERÊNCIAS:

CURTY, M. G. Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: (NBR 14724/2005). 2 ed. Maringá: Dental Press, 2006.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Construção do Conhecimento**: metodologia científica no caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. 24 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GERARDI, L. H de O. Quantificação em geografia. São Paulo: Difel, 1981.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LATOUR, B. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22ª. ed. **Revista atual**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L. R. da. **Do Senso-comum à Geografia Científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.



Disciplina	Carga horária:
Cartografia	136
Ementa:	

Leitura e análise de documentos cartográficos; referenciais de posicionamento e representação da superfície terrestre.

Bibliografia

BÁSICA:

DUARTE, P. A. Cartografia Temática. Florianópolis: UFSC. 1991.

FIORI, Sérgio Ricardo. Técnicas de desenho e elaboração de perfis. In: VENTURI, Luis

Antonio Bittar (Org.). Geografia Práticas de Campo, laboratório e Sala de Aula.São Paulo:

Editora Sarandi. 2011. p. 381-402.

MARTINELLI, Marcelo. Curso de Cartografia Temática. São Paulo: Contexto, 1991.

MARTINELLI, Marcelo Mapas de Geografia e Cartografia Temática. São Paulo: Editora

Contexto, 2003.

MARTINELLI, Marcelo. Técnicas de Cartografia Temática. In: VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). Geografia Práticas de Campo, laboratório e Sala de Aula. São Paulo: Editora Sarandi. 2011. p. 231-254.

LOCH, R.E. N Cartografia representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: UFSC- Série didática, 2006.

MOURA, A. R. Cartografia Ambiental. Curitiba: E- TEC/ MEC. IFPR 2012. QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira. Técnicas de Cartografia. In: VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). *Geografia Práticas de Campo, laboratório e Sala de Aula*. São Paulo: Editora Sarandi. 2011. p. 171-202.

TEIXEIRA, A. L. A., MORETTI, E., CHRISTOFOLETTI, A. Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica. Rio Claro: Edição do Autor. 1992.

Leituras complementares:

ALMEIDA R. D. Do Desenho ao Mapa – iniciação cartográfica na escola. São Paulo: Contexto, 2008.

FITZ P. R. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Textos. 1 ª edição, 2008. LOCH, C. Noções básicas para a interpretação de imagens aéreas, bem como algumas de suas aplicações nos campos profissionais. Florianópolis: Ed. Da UFSC. 1993.

LOCH, C.; LAPOLLI, E. M. *Elementos básicos da fotogrametria e sua utilização prática.* Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1998.



Disciplina	Carga horária:
Fundamentos de Geologia e Petrografia	102
Ementa:	

Os processos geológicos atuantes na evolução da dinâmica terrestre com a conseqüente formação das rochas, e a evolução cronológica dos eventos físicos e biológicos da história da Terra, com ênfase às ocorrências, no Brasil especialmente na bacia do Paraná.

Bibliografia

9.1 Básica (Livros e Periódicos)

BIGARELLA,J.J., SALAMUNI, R. & PINTO, V.M. <u>Geologia do Pré- Devoniano e</u> <u>Intrusivas Subsequentes da Porção Oriental do Estado do Paraná</u>. Boletim Paranaense de Geociências, n.º 23 a 25, Curitiba, 1967.

JABUR, I.C. & SANTOS, M.L. dos - <u>Revisão Restratigráfica da Formação Caiuá</u>. in: Boletim de Geografia, Depto. De Geografia da U.E.M., a 2, n.º 2, 1984, 91-106.

LEINZ, V. & AMARAL, S.E. do – Geologia Geral. Ed. Nacional, 10.ª Ed., 1987.

LOCZY, L. de & LADEIRA, E.A. - <u>Geologia Estrutural e Introdução à</u> Geotectônica. Ed. Edgard Blucher Ltda. 1981.

POPP, José Henrique. Geologia Geral. Ed. Livros Técnicos e Científicos S. A. 5ª Ed., 1998.

ALMEIDA, F.F.M. - O Planalto Basáltico da Bacia do Paraná. Boletim Paulista de Geografia, AGB. São Paulo, 1956, 3-34.

BIGARELLA, J.J., LEPREVEST, A. & BOSSANELLO, A - A Deriva dos Continentes. Ed. Moderna, 3.ª Ed., Coleção Polêmica, 1992.

MAACK, R. - Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, 1981.

MENDES, J.C. & PETRI, S. - Geologia do Brasil. Instituto Nacional do Livro.

Enciclopédia Brasileira, Biblioteca Universitária, Geociência, Geologia, n.º 09, Rio de Janeiro, 1971.

OLIVEIRA, E.P. - Geologia e Recursos Minerais do Paraná. Rio de Janeiro, Serviço Geológico e Minerológico, 1927.

PETRÍ, S. & FÚLVARO, V.J. – <u>Geologia do Brasil</u>. Ed. Universidade de São Paulo (USP), 1983.

TEIXEIRA. W. et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de texto, 2000.

Complementar (Livros e Periódicos)

Sites:

Instituto de Geociências – USP

<u>www.igc.usp.br/geologiausp</u> CPRM – Serviço Geológico do Brasil www.cprm.gov.br

SBG - Sociedade Brasileira de Geologia www.sbgeo.org.br

Centro de Sismologia da USP http://www.moho.iag.usp.br/portal

Painel Global - Monitoramento da Terra em Tempo Real www.painelglobal.com.br/

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral www.dnpm.gov.br/



Disciplina	Carga horária:
Introdução a pesquisa em Geografia	102
Ementa:	

O conhecimento teórico-metodológico da construção e evolução da ciência geográfica evidencia-se como instrumento da produção científica na formação do profissional da geografia. O discernimento conceitual e a aplicação de métodos e técnicas de pesquisa permite ampliar a habilidade do acadêmico na condução dos trabalhos dissertativos pela sistematização que perpassa o desenvolvimento do projeto de pesquisa na amplitude do objetivo geográfico.

Bibliografia

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação – Referências – Elaboração. Imprensa Nacional, 2002 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR. 10520. Informação e documentação – Citações em Documentos – Apresentação, Imprensa Nacional, 2002.

CHAGAS, A.T.R. Questionário na pesquisa científica. Administração on line – prática, pesquisa, ensino, v. 1, n. 1, p. 1-13, jan/mar, 2000. Disponível em: www.fecap.br/adm online/art11/anival.htm.

CORNELSEN, J. M.; MULLER, M. S. Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias. Londrina: EDUEL, 1995.

CURTY, M. G. Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: (NBR 14724/2005), 2 ed. Maringá: Dental Press, 2006.

ECO, U. Como se faz uma tese. 24 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

GERARDI, L. H de O. Quantificação em geografia. São Paulo: Difel, 1981.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2010.

LATOUR, B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

RAMIRES, J. C. de L.; PESSÔA, V. L. S. (org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis Editora, 2009.

SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 22ª. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, L. R. da. Do Senso-comum à Geografia Científica. São Paulo: CONTEXTO, 2004.

SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia. São Paulo, UNESP, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Complementar (Livros e Periódicos)

ANDRADE, M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.



Disciplina	Carga horária:
Prática Curricular I	64
Function	

Ementa:

O potencial pedagógico dos conceitos geográficos como ponto de partida para a contextualização e, prática crítica dos acadêmicos na interpretação compreensão da realidade em que vivem, Habilitando condições para atuarem no processo de transformação da sociedade, através do conhecimento da ciência geográfica.

Bibliografia

CARLOS, Ana Fani A & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Reformas no mundo da educação. SãoPaulo. Contexto, 1999.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de – Prática de Ensino. Os estágios na formação do professor.São Paulo. Pioneira, 1985

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). Geografia em sala de aula. Práticas e reflexões. Porto Alegre: AGB ,1998

FARIA, Ana Maria. Ideologia do livro didático. São Paulo: Cortez, 1984.

HAIDT, Regina Célia. Curso de Didática geral. São Paulo: Ática, 1994. (Capítulo 11 – Escolha e utilização dos recursos audiovisuais/ capítulo 12 – A informática na Educação)

LACOSTE, Yves. Geografia, isso serve em primeiro lugar para se fazer a guerra. Campinas,

Papirus, 1988.

LUCKEZI, Cipriano. Avaliação educacional escolar, para além do autoritarismo. ANDE. Revista

da associação nacional de Educação, nº 10, São Paulo, 1986.

MACHADO: José Nilson. Epistemologia e Didática, as concepções de conhecimento e inteligência

e a prática docente. Capítulo: Informática na escola: significado do computador no processo

educacional (p. 231-257)

MEC - SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia, 1998

MIZUKAMI, Maria da Graça: Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MOLINA, Olga. Quem engana quem, professor X livro didático. Campinas: Papirus, 1988.

MORAES, Antonio R. de: Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec,

NOSELLA, Maria de Lourdes. As belas mentiras, a ideologia subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Editora Moraes. 1980.

Parra, Nélio (org.) – Técnicas audio-visuais em Educação. São Paulo: Pioneira, 1985.

PASSINI, Elza Yasuko – Alfabetização Cartográfica e o livro didático, uma análise crítica. Belo Horizonte, Lê, 1994.

PICONEZ, Stela (coord.) - A Prática de Ensino e o estágio supervisionado. Campinas:Papirus.1991.

SEE/PR. Currículo básico para a escola pública do Paraná. Curitiba, 1990 ZAMBONI, Ernesta (coord.) Guia de Livros Didáticos. Brasília, SEF/MEC, 1996. P. 337-340



Disciplina	Carga horária:
Geografia do Brasil	136
Ements:	

Conceitos Gerais da Geografia brasileira contextualizados e fazendo as devidas analogias do todo e as partes entre as regiões.

Conceito de Região e regionalização. Diferenciações Regionais. Espaço Geográfico. Economia, transporte e comunicações.

-Redes, Circuitos e fluxos espaciais (espaço, População, Território, Estado) = Interações Sócio Espaciais.

Bibliografia

CORREA, Roberto Lobato. "A Organização Regional do Espaço Brasileiro". Geosul.

ANDRADE, M.C. Uma Geografia para o século XXI. Campinas, SP: Papirus, 1994. CASTRO, Antonio Barros de. "A Herança Regional no Desenvolvimento Brasileiro" e "A industrialização descentralizado no Brasil", em Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira. Vol. II – Rio de Janeiro.

COELHO, Marcos de Amorim e TERSA, Lygia. Geografia do Brasil – Espaço natural, territorial e socioeconômico brasileiro. Moderna. São Paulo, 2003 5ª ed. CORREA, Roberto Lobato Trajetórias Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CORREA, Roberto Lobato. "A Organização Regional do Espaço Brasileiro". Geosul. FRÊMONT, Armand. "Região, Espaço Vivido". Coimbra Almedina. CORREA, Roberto Lobato. "Região e Organização Espacial": São Paulo: Ática. COSTA, Rogério da. Haesbaert. "Latifúndio e Identidade Regional". Porto Alegre. DEFFONTAINES, Pierre, Geografia Humana do Brasil. Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, Rio de Janeiro, 1952.

Geografia do Brasil – Região Sul, Norte, Nordeste, Sudeste e Centro Oeste. – FIBGE.

HUGON, P. A Demografia Brasileira. Ed. Atlas / EDUSP, São Paulo, 1973. MAGNOLI, Demétrio e Araújo, Regina: A nova geografia – Estudos de geografia do Brasil, Moderna. São Paulo 1ª ed. 1993.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Moradia nas cidades Brasileiras. Contexto, São Paulo, 1988.

SANTOS, Milton. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa.In: Boletim Paulista de Geografia, nº 59, out/1982, AGB/SP.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record.

SILVA, S.T. (coord.) Brasil, Uma Visão Geográfica dos Anos 80. FIBGE, Rio de Janeiro. 1955.



Disciplina	Carga horária:
Lingua Portuguesa	64
Ementa:	•
Estratégias de leitura. Interpretação e análise de tex	tos de gêneros variados.
Produção de textos acadêmicos. Variação linguística	a e tópicos de gramática
normativa.	
Bibliografia	

ANDRADE, Maria Margarida de & HENRIQUES, Antonio. Língua Portuguesa. NoçõesBásicas para Cursos Superiores. São Paulo: Atlas S.A, 1989 BECHARA, B. Gramática escolar da língua portuguesa. Rio Janeiro: Editora Lucerna, 2002. MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007. MARTINS, Dileta Silveira Zilberknop& SCLIAR, Lúbia. Português Instrumental. Editora Sagra Luzzatto, 2010. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. SOUZA, Luiz Marques de Carvalho & WALDECK, Sérgio. Compreensão e Produção deTextos. Petrópolis. Editora Vozes. 1995

Bibliografia Complementar: CASTILHO, Ataliba T. de Castilho; ELIAS, Vanda Maria. Pequena Gramática do Português Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012. INFANTE, Ulisses. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Editora Scipione, 2010. GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna. 16 ed. Rio de Janeiro. Ed. Da Fundação Getúlio Vargas. 1978. NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa. São Paulo. Ed. Scipione. 1991 VIANA, Antonio Carlos. Roteiro de Redação. São Paulo. Ed. Scipione. 1998. FARACO, C.A. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (org.) linguística da norma. São Paulo: Loyola, 2002. P. 37-61



2ª SÉRIE

Disciplina	Carga horária:
Prática Curricular II	102
Emonts	

Enfoque teórico-prático de situações reais envolvendo observação, métodos e interpretação de dados geográficos.

Bibliografia

ALVES, Maria Leila (coord.). Ideias 22. São Paulo: Fundação para o desenvolvimento da educação. SEESP, 1994.

CARLOS, Ana Fani A & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Reformas no mundo da educação. São Paulo. Contexto, 1999.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de – Prática de Ensino. Os estágios na formação do professor. São Paulo. Pioneira, 1985.

CATROGIOVANNI, Antonio Carlos (org.). Geografia em sala de aula. Práticas e reflexões. Porto Alegre: AGB, 1998.

FARIA, Ana Maria. Ideologia do livro didático. São Paulo: Cortez, 1984.

HAIDT, Regina Célia. Curso de Didática geral. São Paulo: Ática, 1994. (Capítulo 11 – Escolha e utilização dos recursos audiovisuais/ capítulo 12 – A informática na Educação).

LACOSTE, Yves. Geografia, isso serve em primeiro lugar para se fazer a guerra. Campinas, Papirus, 1988.

LUCKEZI, Cipriano. Avaliação educacional escolar, para além do autoritarismo.

ANDE, Revista da associação nacional de Educação, nº 10, São Paulo, 1986.

MACHADO, José Nilson. Epistemologia e Didática, as concepções de

conhecimento e inteligência e a prática docente. Capítulo: Informática na escola: significado do computador no processo educacional (p. 231-257).

MEC – SEF. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia, 1998.

MIZUKAMI, Maria da Graca: Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU. 1986.

MOLINA, Olga. Quem engana quem, professor X livro didático. Campinas: Papirus, 1988.

MORAES, Antonio R. de: Geografia: pequena história crítica. São Paulo: Hucitec, 1986.

NOSELLA, Maria de Lourdes. As belas mentiras, a ideología subjacente aos textos didáticos. São Paulo: Editora Moraes. 1980.

PARRA, Nélio (org.) – Técnicas áudio-visuais em Educação. São Paulo: Pioneira,

PASSINI, Elza Yasuko – Alfabetização Cartográfica e o livro didático, uma análise crítica. Belo Horizonte, Lê, 1994.

PICONEZ, Stela (coord.) – A Prática de Ensino e o estágio supervisionado.

Campinas: Papirus, 1991.

SEE/PR. Currículo básico para a escola pública do Paraná. Curitiba, 1990.

ZAMBONI, Ernesta (coord.), Guia de Livros Didáticos, Brasília, SEF/MEC, 1996, P. 337-340.



Disciplina	Carga horária:
Psicologia da Educação	64
Ementa:	

Aspectos psicológicos da inter-relação professor-aluno. Aprendizagem: conceitos, tipos, principais modelos teóricos. Variáveis da aprendizagem. A motivação do aluno. Aspectos centrais do desenvolvimento humano nos anos escolares e na adolescência.

Bibliografia

BIAGGIO, A. M. B. Psicologia do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1993. BOCK, A. M. B. et al. Psicologias: Uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo, 1992.

DAVIS, C. & OLIVEIRA, Z. Psicologia na Educação. São Paulo: Cortez, 1990. FACCI, M. G. D. Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? Um estudo crítico-comparativo da teoria do professor reflexivo, do construtivismo e da psicologia vigotskiana. Tese de Doutorado, Departamento de Psicologia da Educação, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.

FONTÁNA, R. A. C.; CRUZ, M. N. Psicologia e trabalho pedagógico. São Paulo: 1990.

FRANCO,F.A, & TULESKI, S,C - A Medicalização da Infância e Políticas Públicas: Análise Teórica a partir da Psicologia Histórico-Cultural.

GOULART, I. B. Psicologia da educação: Fundamentos teóricos aplicados à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987.

GÓES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, SP : Autores Associados, 1996. (Coleção educação contemporânea).

LURIA, A. R. Curso de psicologia geral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 3 v.

MARTINS; L, M. O Desenvolvimento do Psiquismo e a Educação Escolar: Contribuições à luz da Psicologia Histórico-Cultural e da Pedagogia Histórico-Crítica.Coleção Educação Contemporânea.Autores Associados.Campinas,2013. MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. O lado escuro da dislexia e do TDAH. In: Marisa Eugênia. Melillo Meira; Silvana Tuleski; Marilda Gonçalves Dias Facci. (Orgs.). A exclusão dos incluídos: Contribuições da Psicologia da Educação para uma crítica à Patologização e à Medicalização. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 133-196.

NAGEL, L, H. A Educação dos Alunos (ou Filhos) da Pós-Modernidade. Centro Universitário de Maringá (CESUMAR).



QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004

Bibliografia Complementar

LURIA, A. R. Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

COLL, C. et al. Desenvolvimento psicológico e educação. Porto Alegre: Artes. 1990.

D' ANDREIA, F. Desenvolvimento da Personalidade. Rio de Janeiro: Difel, 1980. KUPFFER, M. C. Freud e a educação: O mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. São Paulo: Moraes, 1978. LURIA, A. B. Desenvolvimento cognitivo: Seus fundamentos culturais e sociais. São Paulo: Ícone. 1994.

LURIA, A. B.; YUDOVICH, F. I. Linguagem e desenvolvimento intelectual da criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MANTOAN, M. T. E. A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Médicas,1995.

MIZUKAMI, M. G. N. Ensino: As abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1989. PALANGANA, I. C. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: A relevância do social numa perspectiva interacionista. São Paulo: PUC, 1989. PIAGET, J.; INHELDER, B. A psicologia da criança. São Paulo: Difel, 1986. PIAGET, J. Seis estudos. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984. RAPPAPORT, C. et al. Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: EPU,1990. 1, 2, 3 e 4 v.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

ROGERS, C. Liberdade de aprender em nossa década. Porto alegre: Artes médicas, 1985.

SCOZ, Beatriz. Psicopedagogia e Realidade Escolar. Rio de Janeiro: Vozes. 1994. SKINNER, B. F. Tecnologia do ensino. São Paulo: Herder, 1977



Disciplina	Carga horária:
Hidrografia Continental e oceânica	102
Ementer	

Abordagem do comportamento da Água, enquanto elemento da natureza regido por leis próprias e específicas. Objeto de uso, considerado como recurso, subordinado às regras que regem as relações de produção no âmbito da sociedade.

Bibliografia

BRASIL. Política Nacional dos Recursos Hídricos - Lei 9433/97. 1997.

ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia. Rio de Janeiro: Interciência, 1998. GARRISON, T. Fundamentos de Oceanografia. São Paulo: Cengage Learning,

GUILCHER, A. - Morfologia Litoral y submarina. - Ed. Omega. S/A., Casanova, Barcelona.

MÜLLER, Arnaldo Carlos. Hidrelétricas, Meio Ambiente e Desenvolvimento. São Paulo - SP: Ed. Makron Books, 1995.

ODUM, P. E.; BARRET, G. W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

PETERS, Edson Luiz. PIRES, Paulo de Tarso de Lara. Legislação Ambiental Federal.

Curitiba – Paraná: Juruá, 2001.

SUGUIO, Kenitiro. Água. Ed. São Paulo, 2007.

TEIXEIRA. W. et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de texto, 2000.

TURECKIAN, H. Oceanos, Ed. Edusp. 1969.

PAROLIN, M. et al. (Org). Bacias hidrográficas paranaenses. In: Abordagem ambiental interdisciplinar em bacias hidrográficas no Estado do Paraná. Campo Mourão: Editora da Fecilcam, 2010. p.p. 59 – 104.

PEREIRA, M. C. B.: SCROCCARO, J. L. Bacias hidrográficas do estado do Paraná, Curitiba: SEMA, 2010.

Sites:

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística www.ibge.gov.br/

ANA – Agência Nacional de Águas www.ana.gov.br/

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos www.abrh.org.br/ Instituto das Águas do Paraná www.aguasparana.pr.gov.br

CBH – Comitês de Bacias Hidrográficas http://www.cbh.gov.br/

Documentários:

- Agüífero Guarani, National Geografic.
- Canal do Panamá. Mar Morto. Correntes Marítimas.
- Entrevistas: Programa Roda Viva Transposição do rio São Francisco.
- Documentário: Usina Hidrelétrica de Itaipu.
- Documentário: Nilo: o rio dos Deuses. National Geografic. 1997.



9.2 Complementar (Livros e Periódicos)

BONETI, L.W. - O silêncio da águas. Ed. Unijui, 1998.

HOCHMAN, L. – A era do saneamento. Ed. HUCITEC-ANPOC, 1998.

LEONEL, M. – A morte social dos rios. Ed. Perspectiva S. A. – 1998.

LONG, E. John. Novos Rumos da Oceanografia. Traduzidos por Octavio Mendes Cajado. São Paulo – SP: Ed. Cultrix, 1969.

SKINNER, Brian J. TUREKIAN K. O Homem e o Oceano. Tradução e Adaptação Boletim Paulista de Geografia. 50 anos nº76 – São Paulo – SP, DEZ/99.

Disciplina	Carga horária:	
Climatologia	64	
Ementa:		
Estudos dos elementos formadores do tempo/clima e as relações com os fatores de		
influência nos mesmos.		
Bibliografia		

Básica (Livros e Periódicos)

AYOADE, J. Introdução à Climatologia para os Trópicos. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil S.A., 1998.

FERREIRA, A. G. Metereologia Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. FORSDYKE, A. G. Previsão do tempo e clima. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1985.

IZABEL, Robert. Trd. Alice Nicolan. A Evolução Dos Climas. Lisboa Portugal: Editora Terramar, 190.



MENDONÇA, F.& OLIVEIRA, I.M.D. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

NIMER, Edmon. Climatologia Do Brasil. Rio de Janeiro: Ed IBGE, 1989.

TOLENTINO, M. & ROCHA-FILHO R.& SILVA. R. R. A Atmosfera Terrestre. São Paulo. Moderna, 2008.

CAVALCANTI, I. F. A.& FERREIRA N.J. & DIAS M. A. F., JUSTI M. G. A. (Orgs.). Tempo e clima no Brasil. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

Complementar (Livros e Periódicos)

edermileno.ggf.br/.../livro-de-meteorologia-e-climatologia GEIGER, Rudolf. Manual de microclimatologia

LOMBARDO, Magda Sdeleide. Ilha de Calor Nas Metrópoles. São Paulo: Ed. Hucitez, 1985.

Meteorologia para Aeronavegantes – Ministério da Aeronáutica.Sites: Inpe – sinepar

Sites:

INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais www.inpe.br SIMEPAR - Sistema Meteorológico do Paraná www.simepar.br CPTEC - Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos http://www.cptec.inpe.br/

CLIMA TEMPO – previsão do tempo http://www.climatempo.com.br/

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia www.inmet.gov.br/

IAG – Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da USP http://www.iag.usp.br/

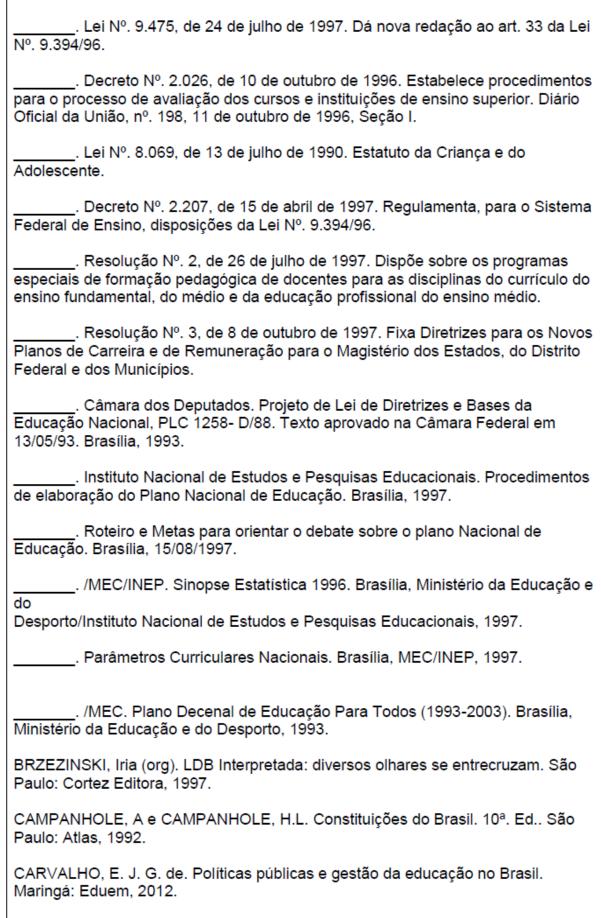
Filmes: O dia depois de Amanhã. 2004.

Documentários: O homem do tempo. National Geografic.



Disciplina	Carga horária:	
Políticas	64	
Ementa:		
Estudos de formas de organização política no mundo contem	porâneo e sua relação com a	
cultura e a educação. Análise do papel do Estado e outras instituições nas definições		
políticas educacionais. Os determinantes sociais, econômicos	s e políticos na legislação da	
educação brasileira. Financiamentos e gestão do sistema educacional. A Educação Básica		
no Brasil; estrutura organizacional, funcional e administrativa. Os desafios da Educação		
Básica e o papel dos educadores.		
Bibliografia		
BRASIL. Lei Nº. 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada na Câmara Federal em 17/12/96 e sancionada pelo Presidente da República em 20/12/96, Brasília, 1996.		
. Lei Nº. 9.131 de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei 4.024/61, e dá outras providências (Conselho Nacional de Educação). Diário Oficial da União, Brasília, nº. 225-A, 25/11/95, Seção I.		
Lei Nº. 9.424/96, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de ∀alorização do Magistério – "Fundão".		







DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas (SP): Autores Associados. 1995.

DE TOMMASI, Lívia, WARDE, Mirian Jorge e HADDAD, Sérgio (orgs.) O Banco Mundial e as políticas educacionais. São Paulo: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa, 1996

FERRETI, Celso et. Al. (org.). Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis; Vozes, 1994.

GENTILI, Pablo (org.). Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis (RJ), Vozes, 1995.

_____. SILVA, Tomaz Tadeu. Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação: Brasília/DF, 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados/ com comentários de Demerval Saviani ...[et al.] – São Paulo: Cortez, ANDE, 1990.

MINTO, C. A e MURANAKA, M.A "Lei Darcy Ribeiro": um olhar crítico-social. Revista do SINPEEM. São Paulo, p31/37, set. 1997.

MURANAKA, M.A.S. O Estado na definição de um projeto educacional: o público e o privado na trajetória da LDB. São Carlos (SP), Universidade Federal de São Carlos, 1998, tese do doutorado.

OLIVEIRA, Cleiton et al. Municipalização do Ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (org.). Gestão Democrática da Educação; desafios contemporâneos. Petrópolis/RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org.). Política Educacional: impasses e alternativas. São Paulo: Cortez, 1995.

PARO, V.H., Gestão Democrática na Escola Pública. São Paulo: Ática, 1996.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – Proposta da Sociedade Brasileira. Consolidado na Plenária de Encerramento do Segundo Congresso Nacional de Educação (II CONED), Belo Horizonte, M.G., 9 de novembro de 1997(entregue ao Congresso Nacional em 03/12/97).

ROMANELLI, Otaíza. História da Educação no Brasil: 1930/1973. Petrópolis (RJ), Vozes, 1975.

SAVIANI, Demerval. A nova lei a educação: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, S.P.: Autores Associados, 1997.

_____. Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por Uma Outra Política Educacional. Campinas (SP): Autores Associados, 1998.



SENADO FEDERAL. Parecer Nº. 250/94. Relatório do Sem. Cid Sabóia de Carvalho sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 1258-D/88, Brasília, 1994 (mímeo).

VILLALOBOS, João Eduardo Rodrigues. Diretrizes e Bases da Educação Nacional: ensino e liberdade. São Paulo: Pioneira, 1969. PERIÓDICOS:

Legislação do Ensino de 1º e 2º graus. São Paulo, Secretaria de Educação/ Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas.

Documenta. Brasília, Ministério da Educação e do Desporto/ Conselho Nacional de Educação.

Educação e Sociedade. Campinas (SP), CEDES.

Cadernos de Pesquisa. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Cortez Editora.

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, INEP.

Revista da Faculdade de Educação. São Paulo, USP.

Educação Brasileira. Brasília, CRUB.

Revista da ANDE. São Paulo, Ed. Cortez.

Universidade e Sociedade, Brasília, ANDES/SN.

Em Aberto. Brasília, MEC/INEP.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Ministério da Educação - http://www.mec.gov.br

Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - http://www.inep.gov.br

Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo (CEESP) -

http://eu.ansp.br/~ceesp

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) – http://lite.fae.unicamp.br

Bibliografia complementar:

FERNANDES, F. A Transição Prolongada. SP: Cortez, 1990.

.Que tipo de República? SP: Brasiliense, 1986.

GONCÁLVES, Maria Dátiva S. Autonomia da Escola e Neoliberalismo. SP: PUC (Tese de Doutorado). Mimeo.

NOGUEIRA, Francis M. G. Políticas Educacionais do Paraná: Uma Versão Institucional da Proposta Pedagógica dos anos Oitenta. SP: PUC, 1993 (Dissertação de Mestrado). Mimeo.

_____, A ajuda Externa para a Educação Brasileira na produção do "Mito do Desenvolvimento". Da USAID ao BIRD. Campinas: Unicamp, 1998 (Tese de Doutorado). Mimeo.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. Educação Escolar Brasileira: Estrutura, Administração, Legislação. SP: Pioneira, 1999.

_____, Política e Educação no Brasil. Ed. 2, Campinas. SP: Autores Associados, 1998.

Revista EDUCAÇÃO. N. 204, Abril 1998: O Cérebro do MEC (entrevista com Maria Helena Guimarães de Castro).

SEED. Programa Expansão, Melhoria e Inovação do Ensino Médio do Paraná. Curitiba, 1996.

Estrutura e Func. Da Educação Básica – Leituras – João Gualberto de Carvalho Meneses coordenador.



Disciplina	Carga horária:
Didática da Geografia	64
Ementa:	

A Didática: objeto de estudo e sua evolução história; A organização do processo de ensino e aprendizagem: abordagens, características e consequências para a educação; O planejamento: características e necessidade numa perspectiva interdisciplinar.

Bibliografia

COMÊNIO, João Amós. Didáctica magna. Lisboa: Fundação Calouste GulbenKian.1976.

FAZENDA, Ivani, C. A. Práticas interdisciplinares na escola. São Paulo: Cortez, 2001.

GASPARIN, J. Luiz. Uma didática para a pedagogia histórico - critica. São Paulo: Autores Associados, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo. Cortez, 1991.

MASETTO, Marcos. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1994.

MIZUKAMI, Maria da Graça N. Ensino: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales de. A didática e seu objeto de estudo. Educ. Rev., Belo Horizonte (8): 36-41, dez. 1988.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo: Cortez, 1984.

_____.Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo: Cortez, 1991.

VYGOTSKY, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

9.2 Complementar

CURY, Carlos Roberto Jamil. Tendências do ensino no Brasil hoje. Educação e Sociedade, n. 25, p. 44-54, 1986.

GIMENO SACRISTÁN, J. E PÉREZ GÓMEZ, A. I. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre, ARTMED, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia críticosocial dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.

_____. Os conteúdos escolares e sua dimensão crítico-social. REVISTA ANDE, São Paulo. v.6, n.11, p.5-14, 1986.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola; reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

RAYS, Oswaldo Alonso. Planejamento de ensino: um ato político pedagógico. UFSM RS, 1987.

SAVIANI, Dermeval. História das idéias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de ensinoaprendizagem e projeto político-pedagógico, elementos para elaboração e realização. São Paulo: Libertad, v.1, 2000.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Técnicas de ensino: por que não? Campinas: Papirus, 1991.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins fontes, 1998.



WACHOWICZ, Lílian Anna. O método dialético na didática. Campinas: Papirus, 1991.

Disciplina	Carga horária:
Geomorfologia	136
Ementa:	·

Abordagem dos sistemas morfológicos, morfoestruturais na dinâmica de esculturação do modelado terrestre, formas de relevo e sua relação com o substrato geológico; A relação entre os processos endógenos e exógenos na evolução do relevo; As grandes estruturas do relevo terrestre; A bacia hidrográfica como unidade básica do relevo; Introdução a técnicas de levantamentos geomorfológicos. Geomorfologia das grandes estruturas geomórficas do Brasil, Paraná e da dimensão local. Interpretação geomorfológica da compartimentação das formas e os trabalhos respectivos de pesquisa com mapas e cartas topográficas. Trabalho de campo.

Bibliografia

TORRES, Fillipe Tamiozo Pereira e outros . Introdução à Geomorfologia.

CENGAGE Learning. São Paulo. 2012. 322 p

AB'SABER, Aziz Nacib, A Obra de Aziz Nacib Ab'Saber. Editora BECA. 2010 Patrocínio da Petrobrás.

FLORENZANO Teresa G. Geomorfologia conceitos e Tecnologias atuais. Editora oficina de textos. São Paulo . 2008

AZEVEDO, Aroldo de (Coord.). Brasil: a terra e o homem. São Paulo: Nacional, 1972.

BIGARELLA, João José. Visão Integrada da Problemática da Erosão. Curitiba: CONCITEC, 1985.

BRASIL, IBGE – Cartas do Brasil – Cartas Topográficas. Rio de Janeiro. Serviço Gráfico do IBGE, 1972.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geomorfologia. 2ª ed. São Paulo: Edgar Blücher, 1980.

_____, Geomorfologia Fluvial. São Paulo. Edgar Blücher, 1981. CUNHA, Sandra Batista da: GUERRA, Antonio José Teixeira, Geomofologia e

CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira. Geomofologia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

CUNHA, Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs).

Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUERRA, A.T. Dicionário Geológio-Geomofológico. 7ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1987

MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geomorfologia: ambiente e planejamento. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. (coleção repensando a geografia)

AB'SABER, Nacib Aziz; PLANTENBERG, Clarita M. (Orgs). Previsão de Impactos. São Paulo: EDUSP, 1998.

BRASIL, IBGE. Geografia do Brasil – Regiões Brasileiras. Rio de Janeiro: IBGF 1977

GREGORY, K. J. A Natureza da Geografia Física, trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.



MENDONÇA, Francisco de Assis. A Evolução Sócio-Econômica do Norte Novíssimo de Paranavaí e os Impactos Ambientais – Desertificação? (Dissertação de Mestrado) USP. São Paulo: Of Set., 1990.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: Contexto, 1993. MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: Contexto, 1993.

BIGARELLA, João José (Coord.) A Serra do Mar e a Porção Oriental do Estado do Paraná: um problema de segurança ambiental e nacional. Curitiba: S.E.P., 1970. Revistas da UGB- União da Geomorfologia do Brasil- REVISTA BRASILEIRA DE GEOMORFOLOGIA- Vários exemplares

Bibliografia Complementar:

SALGADO- LABOURIAU, M.L. Historia Ecológica da Terra.

AB' SABER, Nacib Aziz; Os Domínios de Natureza no Brasil. São Paulo: Ateliê Editorial.; 2003.

Gregory, K.J. A Natureza da Geografia Física, trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

MENDONÇA, Francisco de Assis. Geografia e Meio Ambiente. São Paulo: Contexto, 1993.

BIGARELLA, João José (coord.) A Serra do Mar a e Porção Oriental do Estado do Paraná: um problema de segurança ambiental e nacional. Curitiba: S. E. P., 1970.



3ª SÉRIE

Disciplina	Carga horária:
Filosofia e Ética	64
Ementa:	

O problema do conhecimento. O conhecimento científico, sua produção, natureza e método. A questão do método nas ciências humanas. Caracterização da filosofia e ética e suas possibilidades lógico-históricas. A geografia no âmbito do conhecimento e suas implicações ético-científicas na sociedade contemporânea.

Bibliografia

ABRANTES, P. (Org.). Epistemologia e cognição. Brasília: UnB, 1994.

ADORNO, T. W. Crítica cultural y sociedad. Barcelona: Ariel, 1969.

-----. & HORKHEIMER, M. Dialética do esclarecimento. RJ: Jorge Zahar, 1991.

ALVES, R. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. SP: Brasiliense, 1985.

BACHELARD, G. Epistemologia. RJ: Zahar, 1977.

BACON, F. Novum organum.SP: Nova Cultural, 2000.

BOMBASSARO, L. C. Ciência e mudança conceitual: notas sobre epistemologia e história da ciência. Porto Alegre: Edipucrs, 1995.

-----. As fronteiras da epistemologia: como se produz o conhecimento. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

BURTT, E. A. As bases metafísicas da ciência moderna. Brasília: UnB, 1983.

CARRILHO, M. M. Epistemologia: posições e críticas. Lisboa: Fundação Calouste Gulgenkian, 1991.

CASINI. P. As filosofias da natureza. Lisboa: Presença, 1987.

CHALMERS, A. F. A fabricação da ciência. SP: Unesp, 1994.

CHRÉTIEN, C. A ciência em ação: mitos e limites. Campinas (SP): Papirus, 1994. COLLINGWOOD, R.G. A idéia de história. Lisboa: Presença; SP: Martins Fontes, 1978.

____.Ciência e filosofia: a idéia de natureza. Lisboa: Presença,

1986.

DANCY, J. Epistemologia contemporânea. Lisboa: Ed. 70, 1985.

DESCARTES, R. Discurso do método. SP: Abril Cultural, 1998. (Os Pensadores).

DOMINGUES, I. O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas. SP: Loyola, 1991.

DUPUY, J. -P.Nas origens das ciências cognitvas. SP: Unesp, 1996.

FEREIRA, J. C. R. Epistemologia e liberalismo: uma introdução à filosofia de K.

Popper. Porto Alegre: Edipucrs, 1993.

FEYERABEND, P. Contra o método. RJ: F. Alves, 1977.

FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. SP: Unesp, 1995.

FREIRE-MAIA, N. A ciência por dentro. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

GRANGER, G.-G. A ciência e as ciências. SP: Unesp. 1994.

HABERMAS. J. Conhecimento e interesse. RJ: Zahar, 1982.

------. Ciencia y técnica como ideologia. Madrid: Tecnos, 1984.



HEGEL, G. W. F. A fenomenologia do espírito. SP: Abril Cultural, 1974 (Os Pensadores). . Filosofia da história. Brasília: Un|B, 1995. HENRY, J. A revolução científica e as origens da ciência moderna. RJ: Zahar, HESSEN, J. Teoria do conhecimento, Coimbra: Arménio Amado, 1980. HORKHEIMER, M. Eclipse da razão, RJ: Labor do Brasil, 1976. HÜBNER, K. Crítica da razão científica. Lisboa: Ed. 70, 1986. HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. Lisboa: Ed. 70, 1989. KANT. I. Filosofía de la historia. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. KOYRÈ, A . Estudos de história do pensamento científico. RJ: Forense Universitária; Brasília: UnB, 1982. -----. Estudos galilaicos. Lisboa: Dom Quixote, 1986. KHALFA, J. A natureza da inteligência. SP: Unesp, 1996. KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. SP: Perspectiva, 1998. JAPIASSU, H. A crise da razão e do saber objetivo. SP: Letras & Letras, 1996. -----. Francis Bacon: o profeta da ciência moderna. SP: Letras & Letras, 1995. -----. As paixões da ciência. SP: Letras & Letras, 1991. -----. A revolução científica moderna. RJ: Imago, 1985. -----. Introdução ao pensamento epistemológico. RJ. F. Alves, 1986. -----. Nascimento e morte das ciências humanas. RJ: F. Alves, 1982. -----. Questões epistemológicas, RJ; Imago, 1981. -----. O mito da neutralidade científica. RJ: Imago, 1975. LADRIÈRE, J. Filosofia e práxis científica. RJ: F. Alves, 1978. LOCKE, J. Ensaio acerca do entendimento humano. SP: Nova Cultural, 2000. MARCUSE, H. A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional. RJ: Zahar, 1982. ------. O que é ciência afinal? SP: Brasiliense, 1993. MICHAUD, Y. Locke, RJ: Jorge Zahar, 1991. MARX, K; ENGELS, F. A ideologia alemã. SP: Hucitec, 1987. MORGENBESSER, S. Filosofia da ciência. São Paulo: Cultrix, 1979. NOVAES, A . (Org.). A crise da razão. SP: Cia. Das Letras; Brasília: MEC; RJ: FNA,1996. OLIVA, A. (Org.). Epistemologia: a cientificidade em questão. Campinas (SP): Papirus, 1990. OLIVEIRA, M. A. Ética e economia. SP: Ática, 1995. -----. Ética e práxis histórica. SP: Ática, 1995. OMNÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea. SP: Unesp. 1996. PAIVA, L. H. Weber e Popper: filosofia das ciências sociais. Piracicaba: Unimep, 1997. PIAGET, J. A epistemologia genética. Petrópolis: Vozes, 1971. POPPER, K. A lógica da pesquisa científica. SP: Cultrix, 1972. ------. Conjecturas e refutações. Brasília: UnB, 1982. PRIGOGINE, I. O fim das certezas. SP: Unesp, 1996. ------ & I. STENGERS. A nova aliança. Brasília: UnB, 1984. RICOEUR, P. História e verdade, RJ: Forense, 1968. RIFKIN, J. O século da biotecnologia. SP: Makroon Books, 1999. ROSSI, P. A ciência e a filosofia dos modernos. SP: Unesp, 1992. SCHAFF, A. História e verdade. SP: Martins Fontes, 1987. SMITH, P. O ceticismo de Hume. SP: Loyola, 1995.



SOUZA SANTOS, B. Introdução à uma ciência pós-moderna. RJ: Graal, 1996. THAGARD, P. Mente: introdução à ciência cognitiva. Porto Alegre: ArtMed, 1998. TEIXEIRA, L. F. Filosofia da mente e inteligência artificial: Campinas (SP): Unicamp, 1996. YOLTON, J. Dicionário Locke. RJ: Jorge Zahar, 1996. VICO, G. Princípios de uma ciência nova: acerca da natureza comum das nacões. SP: Victor Civita, 1979 (Os Pensadores). BACHELARD, G. Epistemologia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983. . A Poética do espaço. São Paulo: Nova Cultura. 1987. . A Dialética da duração. São Paulo: Ed. Ática. 1992. BRÉHIER, É. História da filosofia. São Paulo: Mestre Jou. 1977. BOLZANI, R. Ceticismo e empirismo. São Paulo: Revista Discurso. 1994. CHAUI, Marilena. Convite à filosofia. 3ª Ed. São Paulo: Editora Àtica, 1995. CHALMERS. A.F. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993. DESCARTES. R. Meditações metafísicas. São Paulo: Nova Cultural. 1987 . Regras para a direção do espírito. Lisboa: Ed. Presença. 1986. ELIADE, M. Mito e realidade. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1972. FEYERABEND, P. Contra o método: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. GAARDER, Jostein. O Mundo de sofia. São Paulo. Cia. das Letras, 1996. GRANGER, G.G. A ciência e as ciências. São Paulo: UNESP. 1994. HAWKING, S. Uma breve história do tempo. São Paulo: Rocco. 1988. HEIDEGGER, M. Que é isto – a filosofia? São Paulo: Duas Cidades. 1971. HORKHEIMER, M. Eclipse da razão. Rio de Janeiro: Labor. 1976. KANT, I. Prolegômenos a toda metafísica futura. Lisboa. 1982. _. Resposta à pergunta: que é o iluminismo? In: A paz perpétua e outros opúsculos, Lisboa: Ed. 70. 1988 . Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 1987. KNELLER, G.F. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro.Zanhar: São Paulo: EDUSP, 1980. KUHN, T. Estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975. LACEY, H. A linguagem do espaço e do tempo. São Paulo: Perspectiva. 1972. LACOSTE, I. A Geografia, In: CHATELET, F. História da filosofia: a filosofia das ciências sociais. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. _. A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 4^a. Ed., 1988. LADRIÉRE, Jean. Filosofia e práxis científica. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1978. LAKATOS, I. MUSCRAVE, A. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix/Edusp. 1979. LEFEBVRE, H. La producion de l'espace. Paris: Anthropos. 1974. NIETZSCHE, F. Para além de bem e mal. São Paulo: Companhia das Letras. . Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. São Paulo: Nova Cultural. 1987. PIETTRE, B. Filosofia e ciência do tempo. Bauru: Edusc. 1997. POPPER, K.S. A lógica da pesquisa científica. 2ª. Ed. São Paulo, Cultrix, 1975. PRIGOGINE, I. O Fim das certezas. São Paulo: Ed. UNESP. 1996.

RAY, C. Tempo, espaço e filosofia. São Paulo: Papirus. 1993.



REALE, Miguel. Introdução à filosofia. São Paulo: Editora Saraiva, 1988. Complementar (Livros e Periódicos) ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores). CORTINA, A. Ética. São Paulo: Loyola, 2205. PLATÃO. A República. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. LIPOVETSKY, G. O crepúsculo do dever. Lisboa: Dom Quixote, 1994. KANT, I. Fundamentação da metafísica dos costumes. Lisboa: Ed. 70, 1986. MARX, K.; ENGELS, F. O Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2001. NIETZSCHE, F. A genealogia da moral. São Paulo: Brasiliense, 1987. MAQUIAVEL. O Príncipe. Lisboa: Europa-América, 1989. JIMÉNEZ, C. M. Trabalho e convivência: um ensaio de ética profissional. Londrina: Eduel, 1997. MORIN, E. Terra-Pátria. São Paulo: Sulina, 1995. LADRIÈRE, J. Ética e pensamento científico. São Paulo: Letras &Letras, 1997. PESSINI, L. Bioética e longevidade humana. São Paulo: 2006. JUNGUES, J. R. Bioética: perspectivas e desafios. São Leopoldo: Unisinos, 205. SANTO AGOSTINHO. O Livre-arbítrio. São Paulo: Paulus, 195. AGUILAR, Francis J. A ética nas empresas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. CAMARGO, Marculino. Fundamentos de ética geral e profissional. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. DE MASI, D. A sociedade pós-industrial. São Paulo: Senac, 1999. . O futuro do trabalho. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: UnB, 2000. GALLO, S. (Org.). Ética e cidadania: Caminhos da filosofia. Campinas, SP: Papirus, 1997. GOMES, Roberto. Crítica da razão tupiniquim. São Paulo: FTD, 1990. HABERMAS, Jürgen. A ética da discussão e a questão da verdade. São Paulo: Martins Fontes, 2004 a. . O futuro da natureza humana. São Paulo: Martins Fontes, 2004 b. LEISINGER, Klaus M.; SCHIMITT, Karin. Ética empresarial – responsabilidade global e gerenciamento moderno. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. MARCÍLIO, M. L.; RAMOS, E. L. (Org.). Ética na virada do século: busca do sentido da vida. SP: LTr, 1997. NATALINI, José Renato. Ética geral e profissional. São Paulo: Editora: Revista dos Tribunais, 2001. OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética e sociabilidade. São Paulo: Lovola, 1993. . Ética e economia. São Paulo: Ática, 1995 a. _. Ética e práxis histórica. São Paulo: Ática, 1995 b. .(Org.).Correntes fundamentais da ética contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. REALE, Giovanni.; ANTISERI, Dario. História da filosofia: filosofia pagã antiga, v.1. São Paulo: Paulus, 2003. . Ética empresarial: posturas responsáveis nos negócios, na política e nas relações pessoais. Rio de Janeiro: Campos. 2000. . Ética Empresarial. Rio de Janeiro: Campus, 2000. SUNG, Jung Mo.; SILVA, Josué C. da. Conversando sobre ética e sociedade.

1 4141141411 1 414114

Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.



TUGENDHAT, Ernst. Lições sobre ética. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de filosofia IV – Introdução á ética filosófica I. São Paulo: Loyola, 1999.

Carga horária:

64

. Escritos de filosofia V- Introdução à ética filosófica II. São Paulo: Loyola, 2000.

Disciplina

Geografia Agrária

Ementa: As abordagens teóricas voltadas para a agricultura. Questão agrária e questão agrícola. O Noroeste do Paraná e a conjuntura agrária. Bibliografia ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec / Anpocs / Editora da Unicamp, 1992. ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia Ciência e Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentavel para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. . Reforma agrária e modernização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. . Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. . Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. . & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.	9 9
agrícola. O Noroeste do Paraná e a conjuntura agrária. Bibliografía ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec / Anpocs / Editora da Unicamp, 1992. ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia Ciência e Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.	Ementa:
agrícola. O Noroeste do Paraná e a conjuntura agrária. Bibliografía ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec / Anpocs / Editora da Unicamp, 1992. ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia Ciência e Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.	As abordagens teóricas voltadas para a agricultura. Questão agrária e questão
Bibliografia ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec / Anpocs / Editora da Unicamp, 1992. ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia Ciência e Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.	agrícola. O Noroeste do Paraná e a conjuntura agrária.
ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: Hucitec / Anpocs / Editora da Unicamp, 1992. ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia Ciência e Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. . Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Hucitec, 1996 b. Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	<u> </u>
Hucitec / Anpocs / Editora da Unicamp, 1992. ANDRADE, Manoel Correia de. Geografía Ciência e Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico — metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
ANDRADE, Manoel Correia de. Geografia Ciência e Sociedade. São Paulo: Atlas, 1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. . MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. . Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. . Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. . & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. . A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. . De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
1987. CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Dífel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.	•
SILVA, J. G. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981. DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. . MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. . Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. . Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. . & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. . A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. . De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
DINIZ, J. A. F. Geografia da Agricultura. São Paulo: Difel, 1984. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. . MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. . Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. . Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. . & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. . A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. . De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasilia, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. NST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
FAO/ICRA (1984) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasília, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
de Política Àgráría e Desenvolvimento Sustentável para a pequena produção familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasília, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.	
familiar. Projeto UTB/BRA/O36/BRA. Brasília, 1994. FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	\
FERNANDES, B. M. Questão Teórico – metodológicas da pesquisa Geográfica em Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.	
Assentamento de Reforma Agrária. Cadernos Estudos NERA, n.º 2, Presidente Prudente: NERA, 1998.	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
Prudente: NERA, 1998. Reforma agrária e modernização no campo. São Paulo: Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
	•
Terra Livre, n.º 11/12, p. 153-76, 1996 a. . MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b. . Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. . Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. . & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. . A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. . De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
MST: Formação e Territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996 b Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996 De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a.	
Formação camponesa na luta pela terra. Presidente Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996 De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
Prudente, 1998. GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
GRAZIANO F. NETO. Recolocando a questão agrária. In STÉDILE, J. P. (1994). (Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996 De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
(Org.). A questão agrária hoje. Porto Alegre: UFRGS/ ANCA. GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a.	
GRAZIANO DA SILVA, J. A modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981 a.	
Editores, 1981 a. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b. 8 STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. São Paulo: Hucitec, 1981b & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996 De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
São Paulo: Hucitec, 1981b. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
. & STOLCKE, V. A questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1981c. . A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. . De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
Brasiliense, 1981c. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
. A nova dinâmica da agricultura brasileira. São Paulo: Unicamp/SP, 1996. . De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
Unicamp/SP, 1996. De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
De bóia-frias a empregados rurais. Maceió: EDUFAUL, 1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
1997. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	
GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra,	



KAUTSKY, K. A questão agrária. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.
LACOST, Yves. Geografia do Subdesenvolvimento. São Paulo: Difel, 1985.
MARTINS, José de Souza. A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na
nova República. São Paulo: Hucitec, 1986.
Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira,
1975.
Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis:
Vozes, 1981.
. A militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis:
Vozes, 1984.
. O cativeiro da Terra. São Paulo: Hucitec, 1986a.
. Não há nada para plantar neste verão. Petrópolis:
Vozes, 1986 b.
·
. A reforma agrária e os limites da democracia na "nova
república". São Paulo: Hucitec, 1986c.
Caminhada no chão da noite. São Paulo: Hucitec, 1989.
A chegada do estranho. São Paulo: Hucitec, 1993.
O poder do atraso: ensaios de sociologia da história
lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.
. Revisando a questão agrária. (Boletim do militante).São
Paulo: MST, 1996.
. Fronteira: a degradação do outro nos confins do
humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo:
MST, 1996.
. Agricultura e industria no Brasil. Boletim Paulista de
Geografia, São Paulo: AGB, n.º 58, 1981.
. O que é renda da terra. In: Revista Orientação, n.º 05.
São Paulo: Instituto de Geografia USP, 1984, p.94-95.
O que é renda diferencial I e II. In Revista Orientação,
n.º 06. São Paulo: Instituto de Geografia USP, 1985, p.93-104.
O que é renda da terra: Absoluta, de monopólio, pré-
capitalista e preço da terra. In: Revista Orientação, n.º 07. São Paulo: Instituto de
Geografia Usp, 1986a., p.77-85.
OLIVEIRA, M. M. O. Pequenos agricultores e reforma agrária no Brasil. Brasília:
Publicação do Autor, 1997.
PRADO JR., C. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense (1945), 1974.
STÉDILE, J. P. (org.) A questão agrária hoje. Porto Alegre: Anca, 1994.
. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Atual, 1997.
. A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes,
1997.
THOMAZ JR. A. A territorialização do monopólio: as agroindústrias canavieiras em
Jaboticabal. São Paulo, 1988. Dissertação (mestrado em geografia) –
Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo.
Por traz dos canaviais os (nós) da cana: uma
contribuição ao entendimento da relação capital x trabalho e do movimento
sindical dos trabalhadores envolvidos na agroindústria canavieira paulista. São
Paulo,1996. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.



VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. In:_____. Reflexões sobre a geografia. São Paulo: ABG, 1980.

CASTRO, J. Geografia da fome. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

ENGELS, F. O problema camponês na França e na Alemanha. In SILVA, J. G. & GEORGE, Pierre. Geografia Agrícola no Mundo. São Paulo; Difel, 1982.

LEITE, J. F. A ocupação do Pontal do Paranapanema. São Paulo: Hucitec, 1998.

LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Nova.

LOPES, M. de R. Agricultura Política: história dos grupos de interesse na agricultura. Brasília: Embrapa, 1996

MARX, K. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa: Editorial Estampa, 1977

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Raízes da Fome. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

NEVES, Delma Pessanha. Lavradores e pequenos produtores de cana. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

OLIVEIRA, A. U. Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao "estado isolado de Von Thumen". São Paulo, 1978. Tese (doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

Disciplina	Carga horária:
Geografia da população e movimentos migratórios	64
Ementa:	

A distribuição da população. Diversidade e ocupação desigual do "ecúmeno", as formas de implantação da população, perspectiva, o crescimento natural, as migrações populacionais, causas e consequências dos fenômenos demográficos.

Bibliografia

GEORGE, Pierre. Geografia da População. São Paulo, Difel, 1971.

SAUVY, Alfred. Elementos de Demografia. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1979. Bibliografia complementar:

DAMIANI, Amélia, População e Geografia, São Paulo, Contexto, 1991.

SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento - o papel do crescimento populacional no desenvolvimento econômico. São Paulo, CEBRAP, 1970 251.

VERRIERRE, Jacques. As políticas de população. São Paulo, DIFEL, 1980.

Internet:

http:://www.terra.com.Br/qualidade de vida http:://www.mpas.gov.Br/07 04 06.htm

Disciplina	Carga horária:
Prática Curricular III	102
Ementa:	

A prática curricular é entendida como uma atuação de direcionamento, acompanhamento e intervenção no cotidiano escolar, concretizando a articulação entre a formação acadêmica e o exercício do docente.

Bibliografia

Básica.

ALMEIDA, Rosângela Doin de & PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

AQUINO, Júlio Groppa. Indisciplina na escola – Alternativas e práticas. São Paulo: Summus editorial, 1996.

- -------



BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização - fundamentos e aplicações. Londrina: Eduel, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et all (org). Geografia em sala de aula:práticas e reflexões. 2ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/ Associação dos Geógrafos Brasileiros- seção Porto Alegre, 1999. 197p. ENTRE OS MUROS DA ESCOLA. Laurent Cantet, França, 2008 (Filme). PASSINI, E.Y.; PASSINI, R; MALYSZ, S. T. Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.

PENTEADO, H. Metodologia do ensino de historia e geografia. São Paulo, Cortez, 1992.

SANTOS, R. O. O ritual cotidiano de uma professora de sociologia do ensino médio e sua performance em sala de aula. Revista NUPEM, Campo Mourão, v.3, n.5, ago./dez.2011

Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Diretrizes Curriculares da Educação Básica. -Geografia. Paraná. Jam 3 Comunicação, 2008.

LOPES, C.S.; PONTUSCHKA, N. N. Mobilização e construção de saberes na prática pedagógica do professor de geografia. Geosaberes. Fortaleza. v. 2, n. 3, p. 89-104, jan. / jul. 2011.

RUA, João. et. al.Para ensinar geografia. Rio de Janeiro: ACCESS, 1993. SILVA, M.L & TOSCHI M.S. & ANDERI, E. & LEITE R.R. & MELO, C.T.V. SETTE J.S.A. Sala Ambiente Projeto Político Pedagógico e a Organização do Ensino - Universidade Federal de Pernambuco. Site:

coordenacaoescolagestores.mec.gov.br/.../sala.../sala_3_Projeto_Politico Pedagogico_e_a_Organizacao_do_Ensino. ACESSO 24/02/11 ZAGURY, Tania . O professor refém. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Disciplina	Carga horária:
Libras	64
Emonto	

Ementa:

A Língua Brasileira de Sinais - Libras: Noções básicas de léxico, de morfologia e de sintaxe com apoio de recursos audiovisuais; Noções de variação. Praticar Libras: desenvolver a expressão visual-espacial; com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar.

Bibliografia

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Libras em contexto**. Brasília: SEESP, 1998 BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Língua Brasileira de Sinais**. Brasília: SEESP, 1997.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de línguas de sinais**. Rio de Janeiro Editor: Tempo Brasileiro ,1995

CAPOVILLA, F.; RAPHAEL, V. Dicionário enciclopédico ilustrado trilíngüe – Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. (vol. I e II). São Paulo: EDUSP, 2001. CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. Enciclopédia da língua de sinais brasileira: O Mundo do Surdo em Libras. São Paulo, SP: Edusp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; 2004 a. v.1. [Sinais da Libras e o universo da educação; e Como avaliar o desenvolvimento da competência de leitura de palavras (processos de reconhecimento e decodificação) em escolares surdos do Ensino Fundamental ao Médio].

COUTINHO, Denise . Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa: Arpoador, 2000.

Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Brasília: MEC, 2005.

FELIPE, Tânia A. Libras em contexto. Brasília MEC/SEESP, Edição: 7, 2007

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira**: estudos lingüísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.



SACKS, Oliver W. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras ,1998.

B.Complementar:

SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação,1998.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação especial. Falando com as mãos: LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Curitiba: SEED/SUED/DEE. 1998.

Disciplina	Carga horária:
Pedologia	64
Ementa:	

Estudo do solo como meio de aprimoramento na análise geográfica, pelas sua integrações geomorfológicas e agrárias. Fornecimento de bases indispensáveis a observações pedológicos.

Bibliografia

BRADY, NYLE. Natureza e propriedades do solos. Livraria Freitas Bastos S.A.;

BUCKMAN,H. O.e BRADY,M.C. Natureza e propriedades dos solos. Livraria Freitas Bastos, S.S.; 1986.

BUTING,B.T. Geografia do solo ED. Zahar,1971.

COELHO, Fernando S. 1973 – 1971. Fertilidade do solo. Campinas: Inst. Comp. De Ens. Agrícola, 2ª. Ed.; 1973.

GALET, Paulo Anestar. Conservação do solo: reflorestamento, clima 2ª. Ed.; Campinas. São Paulo: Inst. De Ens. Agrícola, 1973.

HENIN, S GRAS. R.; MUNNIER, G.Os solos agrícolas. Ed. Forense EDUSP, 1976 JORGGE O.A Solo e adubação. EDUSP, 1969.

JORGE, K.A. Física e manejo dos solos tropicais. Inst. Camp. De Ensino Agrícola, 1985.

KAVALERIDZE, Wlademir Cavallar. Formação, dinâmica, tratamento e conservação do solo. Apostila Curitiba – Pr,1976.

MUNIR, A.C. Elementos da Pedologia. EDUSP, 1972.

modelada na construção da paisagem.

RANZANI, G. Manual de levantamento de solo. ED. EDUSP, 1969.

VIEIRA, L. S. Manual de levantamento do solo. Agronômica Ceres, 1975.

Estudo do solo como meio de aprimoramento na análise geográfica, pelas sua integrações geomorfológicas e agrárias. Fornecimento de bases indispensáveis a observações pedológicos.

Disciplina	Carga horária:
Geografia do Paraná	64
Ementa:	

As Mesorregiões em suas especificidades microrregionais revelam na compartimentação político-administrativa do espaço paranaense as diferencialidades da estrutura social econômico-cultural, produzidas no processo de ocupação/exploração regional, consolidadas numa estrutura física, intensivamente

Bibliografia



ARCHELA, R. S.; FRESCA, T. M.; SALVI, R. F. (Ogs.) Dimensões do Espaço Paranaense. Londrina: EDUEL, 2002.

BIGARELLA, J. J. Visão integrada da problemática da erosão. Curitiba,

CONCITEC, 1985.

BOVO, M. C.; COSTA, F. R.; TOWS, R. L. (Org.) Estudos Urbanos em

Perspectiva: reflexões, escalas e desafios. FECILCAM: 2013.

CAMARGO, J. B. Geografia Física, Humana e Econômica do Paraná. Paranavaí: Ed. Gráfica, Paranavaí, 1994.

CARVALHO, M. S. de; FRESCA, T. M. (Orgs.) Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico. Londrina: Ed. Humanidades, 2007.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1991.

. Anuário Estatístico do Brasil, 1992.

ITCF. Atlas do Estado do Paraná, 1987.

MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba: José Olympio/ Imprensa Oficial do Paraná, 1981.

MOURA, R.; RODRIGUES, A. L. (Orgs.) Como andam Curitiba e Maringá. Rio de Janeiro: Letra Capital: observatório das metrópoles, 2009.

PADIS, P. C. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SEMA, PARANÁ. Bacias Hidrográficas do Paraná. Curitiba: Imprensa oficial, 2010. WONS, I. Geografia do Paraná. 6ª ed. Curitiba: Ed. ensino renovado, 1994.

SITES:

www.ibge.gov.br

www.ipardes.pr.gov.br

www.mineropar.pr.gov.br

www.ibama.gov.br

Disciplina	Carga horária:
Estágio Supervisionado I	204
Ementa:	·

O Estágio Supervisionado no Ensino de Geografia I, busca as discussões da relação entre a teoria e prática, e o desenvolvimento de Projetos de Ensino e Pesquisa, como também a relação do ensino acadêmico e o ensino fundamental.

Bibliografia

ABELIN, Leyda Tubino. SIQUEIRA, Anna Maria da Silva. Orientação Educacional: Novas dimensões para pais e professores. Petrópolis, 1989.

ALMEIDA, Jane S., Estágio supervisionado em prática de ensino - relevância para a formação ou mera atividade curricular? In: Revista ANDE, n. 20, SP, 1994.

ALMEIDA, R.D. PASSINI, E. O espaço geográfico, ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

ALVES, Nilda. Formação de professores: Pensar e Fazer.

ANTUNES, Celso. Manual de Técnicas de dinâmica de grupo de sensibilização e de lupopedagogia. Petrópolis: Vazes 1992.

ARANHA, Antonia V.S., Trabalho e Educação: Belo Horizonte: UFMG/MEC, 1996. ARAUJO, Sandra & MAGNOLI, Demétrio Reconstruindo muros-crítica à proposta curricular de geografia da CENP. In: Terra Livre. São Paulo nº 8, 1991.

As transformações no mundo da educação: ensino e responsabilidade social.

Terra Livre. São Paulo AGB, v. 14, 1999.



ASTOLFI, Nilton et al. Geografia. Visão da Área Orientação. São Paulo, v.9, 1992, p. 73-81.

BECHER, F., A Epistemologia do professor: o cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes. 1993.

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes. ALVARENGA, Marina BIANCHI, Roberto.

Manual de Orientação - Estágio Supervisionado, SP: Pioneira, 1998.

BOCHNIAK, Regina. Questionar o conhecimento: interdisciplinaridade na escola.

BORDEAVE, J.D. e PEREIRA, A.M., Estratégias de Ensino-Aprendizagem.

BRANDÃO, C.R., O Educador: Vida e Morte.

BRASIL – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Parâmetros curriculares nacionais; História e Geografia: MEC 1997.

CALLAI, Helena C. A Geografia e a escola: muda a Geografia? Muda o ensino? Terra Livre. São Paulo, v. 16: AGB, 2001.

CAMARGO, D.A.F. A Didática nos cursos de formação de professores: um enfoque piagetiano.

CANDAU, Rumo a uma nova didática.

____, Vera Lúcia. A Didática em Questão.

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (Orgs.) Reformas no mundo da educação parâmetros curriculares de geografia. São Paulo, 1999.

CARRAHER, David W. Senso Crítico - Do dia-a-dia às Ciências Humanas. SP Pioneiras, 1997.

CASTRO, Cláudio de Moura. Estrutura e Apresentação de Publicações Científicas. SP: McGraw Hill do Brasil, 1976.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Editora alternativa. 2002.

COMENIUS. J., Didática Magna, Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985.

ENGUITA, M., A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.

FARACO, Carlos Alberto e TEZZA, Cristóvão. Prática de Texto: Língua portuguesa para nossos estudantes. Petrópolis: Vozes, 1992.

FAZENDA, Ivani C.A., Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia.

eretividade od ideologia.
, Metodologia da Pesquisa Educacional. SP: Cortez, 1991.
, Práticas interdisciplinares na escola.
, Um desafio para a didática: experiências, vivências, pesquisas.
FEITOSA, Vera Cristina. Redação de Textos Científicos. Campinas: Papirus, 199
FERREIRA, Naura S.C., Gestão Democrática da Educação: atuais tendências,
novos desafios. SP: Cortez, 1998.
,

FERRETTI, C.J., Novas tecnologias; Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONSECA, J.P., Planejamento Educacional Participativo. In: Revista da Faculdade de Educação da USP, vol. 21, n. 1 (Jan/Jun 95), SP: FEUSP, 1995.

FORQUIN, J.C., O planejamento educacional e a prática dos educadores.

FRANCO, Maria L. Qualidade Total na Formação Profissional: do texto ao contexto

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. SP: Cortez, 1997.

FREITAS, L.C., Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.

FRIGOTTO, G., Educação e a Crise no Capitalismo Real. SP: Cortez, 1995.

FUSARI, J.C., O planejamento educacional e a prática dos educadores. In: Revista ANDE, n. 8, SP, 1984.

GADOTT& ROMÃO, J.E. (org), Autonomia da escola: princípios e propostas. SP: Cortez, 1997.



GADOTT, Pedagogia da Práxis.

GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro.

GARCIA, Regina Leite (org). Orientação Educacional: O trabalho na escola. SP: Loyola, 1990.

GEACAGLIA, Lia Renata Angelini. Orientação Educacional na Prática: Princípios Técnicos, Instrumentos. SP: Pioneira, 1994.

GEBRAN, R. A Como o rio não cabia no meu mapa, eu resolvi tirá-lo... o ensino da Geografia nas séries iniciais do 1º Grau. Campinas FE? UNICAMP, 1990 (Dissertação de Mestrado).

GENTILI, e SILVA, T.T., Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação. Petrópolis: Vozes. 1995.

GENTILI, P., Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, C.M., trabalho e Conhecimento: dilemas na educação do trabalhador.

GUSDORF. G., Professores para quê? Para uma Pedagogia da Pedagogia.

HOFFMANN, Avaliação: Mito e Desafio. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1994.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: uma prática em construção Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.

KUENZER, Acácia Z., Estágio Curricular: um momento de integração entre teoria e prática - subsídios para reflexão. In: A política na UFPR, Curitiba: UFPR/PROGRAD, 1993.

LIBÂNIO, J. C. Os objetivos e conteúdos de ensino. In.: Didática. São Paulo: Cortez, 1990, p. 119-147.

_____,.Planejamento Escolar. In.: Didática São Paulo: Cortez, 1990, p. 221-247.

MARX, K., O Capital. Livro Primeiro (Da manufatura à fábrica automática).

MAZZOTTI, Alda Judith Alves & GENANDSZNAJDER, Fernando. O método nas Ciências Naturais e Sociais. SP: Pioneira, 1998.

MONTEIRO, Conceição P. e OLIVEIRA, Mª Helena C. de. Metodologia da Linguagem. SP: Saraiva, 1987.

MORAES, A. C. R. Geografia – Pequena História Crítica. São Paulo: Hucitec, 1987.

MOREIRA, Marcos Antônio. Ensino e Aprendizagem: enfoques teóricos. São Paulo: Moares. 1985.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. Formação e Prática do Educador e do Orientador: Confrontos e questionamento. Campinas: Papirus, 1994.

RESENDE. M. M. S. "O saber do aluno e o ensino de geografia" In: Geografia e ensino – textos críticos. Campinas Papirus 1989.

RESENDE. M. M. S. "A geografia do aluno trabalhador" São Paulo: Loyola, 1987. SALOMON, Décio Vieira. Como fazer uma monografia. SP: Martins Fontes, 1991. SANTOS, Milton. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, T.T. & GENTILI, P., Escola S.A. - quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

SMITH, A., Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações. SP: Hemus, 1981.

SOUZA, Luiz Marques e CARVALHO, Sérgio Waldeck. Compreensão e produção de textos. Petrópolis: Vozes, 1995.

TRIOLLENT, Michel. Metodologia da Pesquisa - Ação. SP: Cortez, 1986 TRIVIÑOS, Augusto N.S. Introdução a Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. SP: Atlas, 1987



VÁRIOS – "O ensino da geografia em questão e outros temas" In.: Terra Livre. São Paulo nº 2, 1987.

VEIGA & Resende, Lúcia M. (org.), Escola: espaço do projeto político pedagógico.

Campinas: Papirus, 1998.

VEIGA, Ilma P.A., Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção

possível. Campinas: Papirus, 1990.

VESENTINI, J. W. Geografia e Ensino: Textos críticos Campinas: Papirus, 1989.

Disciplina	Carga horária:
Ecologia	136
Ementa:	

Evolução da ciência ecológica, histórico e funções. Estudo das condições e fatores ambientais limitantes. Estrutura, organização e dinâmica de populações, comunidades e ecossistemas. Adaptações e relações. Análise ambiental e conservação. Efeitos da tecnologia sobre o equilíbrio ecológico. Recuperação de áreas degradadas. Manejo de bacias hidrográficas. Educação Ambiental, políticas ambientais e práticas de E.A. Bases para a ação pedagógica estabelecida a partir dos novos paradigmas que consideram a questão ambiental como indissolúvel dos aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade moderna.

Bibliografia

COLIN R T.; BEGON M.; HARPER J.L. Fundamentos de Ecologia , Artmed Editora Gráfica. Porto Alegre-RS 2006. 2ª Edição

UDUM, E. P. & BARRET G. W. Fundamentos de Ecologia, Cengage Learning, São Paulo, 2010 5ª Edição.

ODUM, E.P., 1997. Ecologia. Interamericana. Rio de Janeiro. P. 434.

PRESS, SIEVER, GROTZINGER E JORDAN, Para Entender a Terra , Bookman Cia Editora. Porto Alegre RS, 2007 . 4ª Edição

DIAS, Genebaldo F. Educação Ambiental princípios e práticas. Ed. Gaia.

TEIXEIRA, Wilson: Toledo, M. C Motta; Fairchild, Thomas e Taioli, Fabio.

Decifrando a Terra. Ed. Oficina de Textos -USP

SALGADO-LABOURIAU, M. L – História Ecológica da Terra. Ed. Edgard Blucher LTDA.

MARCONDES, Ayrton C. Ecologia. Ed. Atual. São Paulo . 2008

GUERRA, A J T & Cunha, S B. Geomorfologia e Meio Ambiente. Ed

Bertand Brasil

Agenda 21 - IPARDES 2001.

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais - 2003.

ESTEVES, F. de A. **Fundamentos de Limnologia.** Rio de Janeiro, Ed. Interciência, 1998. 575p.

PENA, C. G. Biodiversidade. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997. 631p.

Complementar (Livros e Periódicos)

ALMEIDA, J.R. Ciências Ambientais. Rio de Janeiro, Thex, 2002. 477p.

BERTRAND, Y; VALOIS, P & JUTRAS, F. **A ecologia na escola.** Lisboa, Instituto Piaget, 1998. 195p.

CAMARGO, L. O. de L. Perspectivas e resultados de pesquisa em ducação ambiental. Editora Arte e Ciência, São Paulo. 1999. 127p.

CAPELETO, A. J. **Biologia e Educação Ambiental: roteiros de trabalho.** Editora Ática, São Paulo. 1999. 224p.



DIAS, G. F. D. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. Editora Gaia, São Paulo. 2003 534 p.

LOUREIRO, C F Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental. Editora Cortez . 2004.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. Editora Brasiliense, São Paulo. 1998. 59p.

VILLALOBOS, J.U.G. Ecologia e movimentos sociais. Maringá, UEM. 2000. 96p.

4ª SÉRIE

Disciplina	Carga horária:
Biogeografia	136
Ementa:	

Estuda as razões da distribuição dos seres vivos como biocenoses, estabelecidas na estrutura da biosfera, considerando suas inter-relações e características numa perspectiva sistêmica geográfica de expansão e retração tempore-espacial que envolve a compreensão de aspectos dos ecossistemas evidenciados nas paisagens do mundo.

Bibliografia

AGOSTINHO, AA., GOMES, LC. PELICICE, FM. Ecologia e Manejo de Recursos Pesqueiros em Reservatórios do Brasil. Maringá: EDUEM, 2007, 501p.

AGOSTINHO, A.A., GOMES, L.C., RODRIGUES, Liliana, THOMAS, Sidinei Magela. Biocenoses em Reservatórios: padrões espaciais e temporais. Maringá: RIMA, 2005.

ANDRADE-LIMA, Dardano de; BIGARELLA, João José; RIEHS, P. Jorge. Considerações a Respeito das Mudanças Paleoambientais na Distribuição de Algumas Espécies Vegetais e Animais no Brasil. In. Anais da Academia Brasileira de Ciências, 1975.

ARROYO, M.; SANTOS, M.; SCARLATO, Francisco C.; SOUZA, Maria Adélia A. de (Orgs). Natureza e Sociedade de Hoje: uma leitura Geográfica. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BEGON, M.; HARPER, J. L.; TOWNSEND, C. R. Fundamentos em Ecologia.

Tradução de Leandro da Silva Duarte. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576 p.

BELTRAME, Ângela da Veiga. Diagnóstico do Meio Físico de Bacias

Hidrográficas: modelo e aplicação. Florianópolis: UFSC, 1994.

BIGARELLA, J. J. Visão integrada da problemática da erosão. Curitiba, CONCITEC, 1985.

BIROT, P. Tratado de Geografia Física General. Barcelona. Ed. Vicans vicens, 1972.

BRASIL, Fundação IBGE. Cadernos de Geociências. V. 10-15 Rio de Janeiro: IBGE. 1995.

BRASIL, Fundação IBGE. Geografia do Brasil: Região Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1989.

BRASIL, Fundação IBGE. Geografia e Questão Ambiental. Rio de Janeiro, 1993. BRASIL, Fundação IBGE. Tipos e Aspectos do Brasil. Rio de Janeiro. IBGE, 1975.



BRASIL, Presidência da República. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Cima. 1991.

BRAUN, Blanquet, J. Fitossociologia: bases para el estudio de las comunidades vegetales. Madri. Ed. H. Blume, 1979.

BROWN, James H.; LOMOLINO, Mark V. Biogeografia. 2ª ed., Ribeirão Preto, SP: FUNPEC, 2006.

BUFFALDE, N.D. Diversidade de plantas e animais. São Paulo: Ed. Edgard Blucher, EDUSP, 1974.

CAILLEUX. C. A. Biogeografia Mundial. Lisboa. Ed. Arcádia, 1967.

DAJOZ, R. Ecologia Geral. Petrópolis. Ed. Vozes, 1979.

COX, C. B.; MOORE, P. D. Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária. Tradução Luiz Felipe C. F. da Silva. 7ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 2011.

ELHAY, H. Biogeographie. Paris, Ed. Armand Colin, 1968.

ESTEVES, Francisco de Assis. Fundamentos de Limnologia. 2ª ed. Editora Interciência Ltda. Rio de Janeiro, 1998.

ESTEVES, K. E.; ARANHA, J. M. R. Ecologia de peixes de riachos. In:

CARAMASCHI E. P. et.al. (Eds.) Série Oecologia Brasiliensis – Ecologia de peixes de riachos. Programa de Pós-Graduação em Ecologia – Instituto de Biologia Universidade Federal do Rio de Janeiro. VI, 1999,

p. 157-182.

FELLENBERG, G. Introdução aos problemas da poluição ambiental. São Paulo, EDUSP, 1980.

FERRI, M. G.; GOODLAND, R. Ecologia do Cerrado. Belo Horizonte. Ed. Itatiaia, EDUSP, 1979.

FERRI, Mário Guimarães. Botânica: morfologia externa das plantas. São Paulo. Nobel, 1983.

FERRI, Mário Guimarães. Vegetação Brasileira. Belo Horizonte. São Paulo. Ed. Itatiaia, 1980.

FURON, R. La Distribución de los Seres. Barcelona, Labor, 1969.

GRAÇA, Weferson Júnio da; PAVANELLI, Carla Simone. Peixes da Planície de Inundação do Alto Rio Paraná e Áreas de adjacentes. Maringá, EDUEM, 2007. GONÇALVES, Calos Walter Porto. Os (Des) caminhos do Meio Ambiente. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 1990.

HENRY, Raoul; JORCIN, Adriana; NOGUEIRA, Marcos Gomes. Ecologia de Reservatórios: Impactos potenciais, ações de manejo e sistemas em cascata. 2ª ed. RIMA, São Carlos, 2006.

HENRY, Raoul. (Org.) Ecótonos nas Interfaces dos Ecossistemas Aquáticos. São Carlos, RIMA, 2003.

KIRCHHOFF, Volker W. J. H. Queimadas na Amazônia e Efeito estufa. São José dos Campos: Contexto, 1992.

MAACK, Reinhard. Geografia Física do Estado do Paraná. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

MARTINS, Celso. Biogeografia e Ecologia. 4ª ed. São Paulo, Ed. Nobel, 1981.

MENEGOTO, M. Ecologia. Porto Alegre. Ed. Professor Gaúcho, 1973.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo, Geousp: Contexto, 2000.

ODUN, E. P. Ecologia. São Paulo. Ed. Pioneira/MEC, 1975.

PASSOS, Messias Modesto dos. A construção da paisagem no Mato Grosso: Brasil. Maringá/Presidente Prudente: UEM/UNESP, 2000.



PASSOS, Messias Modesto dos. Biogeografía e Paisagem. Presidente Prudente. PMG, 1998.

____, Amazônia: Teledetecção e Colonização. São Paulo: Edunesp, 1998.

PINTO, Maria Novais. (Org) Cerrado: Caracterização, ocupação e perspectivas. 2ª ed.

Brasília, UNB, 1993.

RADAMBRASIL. Fitogeografia Brasileira: Classificação Fisionômica ecológica da Vegetação Neotropical. Boletim Técnico. Salvador, 1982.

RIZZINI, C. T. Tratado de Fitogeografia do Brasil. São Paulo. HUCITEC/EDUSP, 1976, v.1–2.

SHIBATTA, O.A., ORSI, M.L., BENNEMANN, S.T. & SILVA-SOUZA, Â.T. 2002. Diversidade e distribuição de peixes na bacia do rio Tibagi. In A bacia do rio Tibagi (M.E. Medri, E. Bianchini, O.A. Shibatta & J. A. Pimenta, Eds.). Londrina, p. 403-423.

SURTEGARAY, Dirce Maria. EIA RIMA: Estudo de impacto ambiental. Porto Alegre. Metrópole, 1993.

TROPPMAIR, Helmut. Biogeografia e Meio Ambiente. 5ª ed. Rio Claro: Divisa, 2002.

9.2 Complementar (Livros e Periódicos)

ARROYO, M. et. al. (Orgs.) Natureza e Sociedade de Hoje: Uma Leitura Geográfica. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

DIAS, Genebaldo Freire. Educação Ambiental: princípios e práticas. 5ª ed. São Paulo: Global, 1998.

KAWAKAMI, E.; VAZZOLER, G. Método gráfico e estimativa de índice alimentar aplicado no estudo de alimentação de peixes. Bol. Instituto Oceanográfico, São Paulo, v.29, n2 p.205-207,1980.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: Natureza, Capital, e a Produção de Espaço. Tradução: Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

Disciplina	Carga horária:
História da Cultura Afro-descendente e indígena	64
Emonts:	

Ementa:

Estudo da contribuição dos povos indígenas e afro brasileiros na formação da cultura e identidade nacional e a discussão da questão étnico-racial no Brasil.

Bibliografia

APPIAH, Kwanu A. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Cidadania em Preto e Branco: discutindo as relações étnico-raciais. São Paulo:Editora Ática, 2005.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnicoraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF. 2005.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

COELHO, Silvio dos Santos. Os Direitos dos Indígenas no Brasil. In: Silva, Aracy Lopes da &Grupioni, Luís Donisete Benzi. (Org.) A Temática Indígena na Escola – Novos Subsídios para Professores de 1o e 2o Graus. p. 87-105.

MEC – MARI – UNESCO, Brasília, 1999

Paranavai - Parana



COLLET, Célia; PALADINO, Mariana; RUSSO, Kelly. Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014. 110p.: il. (Série Traçados, v. 3).

COSTA, Luciano Gonsalves (Org). História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da Educação sobre relações étnico-raciais. Maringá: Eduem, 2010. 186p.

D'ANGELIS, Wilmar da R. Educação Escolar Indígena: um Projeto Étnico ou um Projeto Étnicopolítico? IN: VEIGA, Juracilda. SALANOVA, Andrés (Orgs.). Questões de Educação Escolar Indígena. Da Formação do Professor ao Projeto de Escola. Campinas: ALB, 2001, cap. 2, p. 35-56.

Contra a Ditadura da Escola. In: **Educação Indígena.** Cadernos. Cedes ano XIX, n. 49, dez/99. p. 18-25.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. São Paulo: Difel, 1972.

FERREIRA, Mariana Kawall Leal. A Educação Escolar Indígena: um diagnóstico crítico da situação no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes da. & FERREIRA, Mariana Kawall Leal (Orgs.) Antropologia, História e Educação. A Questão Indígena e a Escola. São Paulo: Global, 2001, p. 71-111.

FONTOURA, Helena Amaral da. Diálogos em Formação de Professores: Pesquisas e Práticas. Intertexto. Niterói. 2007

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**. Modernidade e dupla consciência, São Paulo: Rio de Janeiro, 34/Universidade Cândido Mendes/ Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GUIMARÃES, Antonio S.; HUNTLEY, Lynn. (Org.) **Tirando a máscara:** ensaios sobre o racismo no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUIMARÃES. Antônio. Classes, raças e democracia. São Paulo: Editora 34, 2002.

HERNANDEZ, Leila. **A África na sala de aula:** visita à História Contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

ILIFFE, John. Os africanos: história dum continente. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. História da África negra. Lisboa: Europa América, 2 vol.

LOVEJOY, Paul. A escravidão na África: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

São Paulo: Ática, 1994.

MATOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-brasileira. São Paulo: Editora contexto. 2007.

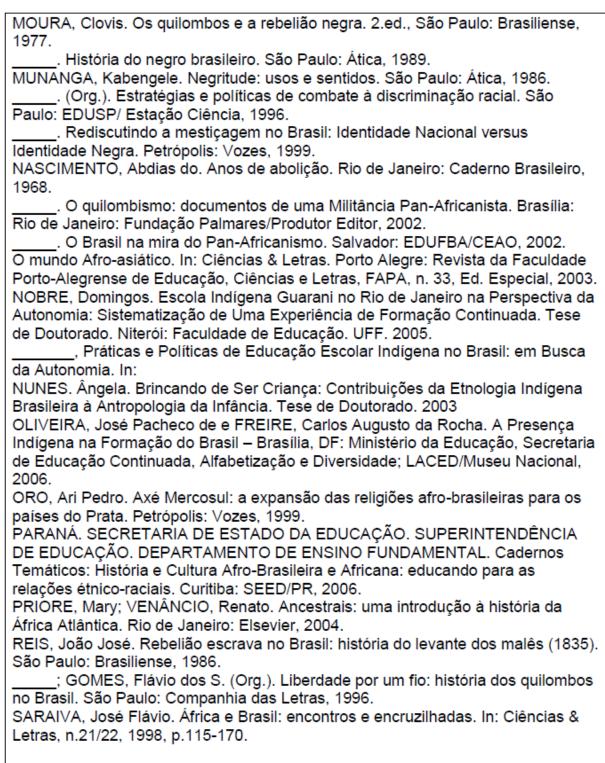
MEC/SEPPIR. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Racias e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: Seppir/MEC, 2004.

MEILLASSOUX, Claude. Antropologia da escravidão. Rio de Janeiro, 1995.

MELIÁ, Bartolomeu. *Educação Indígena e Alfabetização*. São Paulo. S.P. Edições Loyola.1979

Bilinguismo e Escrita. IN: D'ANGELIS, Wilmar da R. & VEIGA, Juracilda. (Orgs.) Leitura e Escrita em Escolas Indígenas. Campinas, S.P.: Mercado das Letras, 1997. (coleção Leitura noBrasil). p. 89-104.





Complementar:

SILVA, Aracy Lopes da. Mito, Razão, História e Sociedade: Inter-relações nos Universos Sócioculturais Indígenas. In: *A Temática Indígena na Escola - Novos Subsídios para Professores de1o e 2o Graus.* p. 317-335. MEC - MARI - UNESCO. Brasília. 1999

SILVA, Alberto da Costa. **A enxada e a lança:** a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: NovaFronteira, 1992.



_____. **Um rio chamado Atlântico:** a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, Petronilha; SILVÉRIO, Valter. Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Orgs). A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013. 210p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Sites:

SEÇÃO ESPECIAL TEMÁTICA - Educação, Culturas Indígenas e Afro-Brasileiras - relações étnico-raciaishttp://www.curriculosemfronteiras.org/art_v12_n1.htm
SEÇÃO ESPECIAL TEMÁTICA - Povos Ameríndios e Educaçãohttp://www.curriculosemfronteiras.org/art_v10_n1.htm

Disciplina	Carga horária:
Geografia Econômica	64
Fusantas	•

Ementa:

Análise de distribuição de riquezas, salientando o processo de produção, e de transformação da natureza, e a organização do espaço, com base na Economia, dentro de uma ótica geográfica

Bibliografia

ADAS, M. Panorama geográfico do Brasil. São Paulo: ED. Moderna, 1985.

ANDRADE, M. C. Geografia Econômica. São Paulo: ED. Atlas, 1973.

BENKO, G. Economia espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: ED. Hucitec. 1999.

CAMARGO, J B. DE. Geografia física, Humana e Econômica do Paraná. ED. Gráfica Paranavaí – Paraná, 1984.

CARLOS, A.F. A Espaço e Indústria. São Paulo: ED. Contexto, 1994.

CARMO, P.S. O trabalho na economia global. São Paulo: Moderna, 1998.

COHEN, D. Riqueza do mundo e pobreza das nações. Rio de Janeiro Bertrand, 1998.

CHIAVENATO, J. J. Ética globalizada & Sociedade de consumo. São Paulo: Moderna,1998.

DAMIANI, D. População e Geografia. São Paulo: ED. Contexto, 1998.

GEORGE.P.Geografia Rural. ED. Difusão Europeia do livro.

GEORGE, P. Geografia Econômica. São Paulo: ED. Difel, 1983.

GOMES, H. A produção do espaço Geográfico no capitalismo. São Paulo: ED.Contexto, 1985.

IANNI.O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização, 1999.

MAGNOLI, D. O mundo contemporâneo: relações internacionais 1945 – 2000. São Paulo:Moderna, 1996.

OLIVEIRA, A.U. de. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: ED. Ática, 1986.

OLIVEIRA, A.U. de. A Agricultura no Brasil . São Paulo: ED.Contexto, 1991.



SINGER, P. O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1998.

SMITH, N. Desenvolvimento desigual. Rio de janeiro: Bertrand, 1998.

TODD, E. A ilusão econômica: ensaios sobre a estagnação das sociedades desenvolvidas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

TORRES, A.P.Geografia Econômica. Barcelona – Espanha: ED. Editorial Ramon Sopena, S/A., 1962.

Disciplina	Carga horária:
Organização do Espaço Mundial	136
Ementa:	

Organização espacial da sociedade no contexto geográfico mundial.Caracterização dos continentes nos mais diversos aspectos, levando em conta sua formação econômica, social, política, na ocupação e criação dos espaços.

Bibliografia

ALVES, J. F. A invasão cultural norte-americana. São Paulo:ED. Moderna,1998.

ANDRADE, M. C. Imperialismo e fragmentação do espaço. São Paulo: ED. Contexto, 1988.

ARBEX JÙNIOR, J Guerra fria: terror de estado, política e cultura. São Paulo: ED. Moderna, 1996.

ARBEX JÙNIOR, J. Revolução em três tempos: URSS, Alemanha, China. São Paulo: ED Moderna, 1993.

ARBEX JÙNIOR, J. Outra America: apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos. São Paulo: ED. Moderna, 1993.

BENKO, G. Economia Espaço e Globalização: na aurora do século xxl. São Paulo: ED. Hucit. 1999.

CÂNEDO, L. B. A descolonização da Ásia e da África. São Paulo: ED. Atual, 4ª Ed., 1986.

CHACON, V. O Mercosul: a integração econômica da América Latina. São Paulo: ED. Scipione, 1996.

GEGER, P. P. & DAVIDOVICH, F. Geografia e Atlas ilustrado: delta povos, países e civilizações. Rio de Janeiro: ED. Delta, 1965.

IANNI, O, Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: ED. Civilização Brasileira, 1999.

JURANDY, L. & Ross, Sanches (Org.). Geografia do Brasil . São Paulo: ED.Universidade de São Paulo. 1998.

LACOST, Y. Os países subdesenvolvidos. São Paulo: ED. Contexto, 1990.

MAGNOLI, D. Globalização: Estado nacional e o espaço mundial . São Paulo: Ed. Moderna, 1997.

MAGNOLI, D. União europeia: História e geografia. São Paulo: ED. Moderna, 1996.

MARTINEZ, P. Multinacionais: desenvolvimento ou exploração? São pulo: ED. Moderna, 1993.

OLIC, N.B. Geopolítica da América Latina. São Paulo: ED. Moderna, 1992.

SINGER, P. O capitalismo: Sua evolução, sua lógica e sua dinâmica. São Paulo:

ED. Moderna, 1987.



SMITH, N. Desenvolvimento Desigual. São Paulo: ED. Bertrand, 1998. VIGEVANT, T. Terceiro Mundo: conceito e história. São Paulo: ED: Ática,1990. WHITAKER, D. Escolha da carreira globalizada. São Paulo: ED. Moderna, 1997.

Disciplina	Carga horária:
Estágio Supervisionado II	204
Function	

Ementa:

No Estágio Supervisionado em Geografia II, o acadêmico aprofundará as discussões teóricas e metodológicas sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas, respeitando a realidade escolar vivenciada, através de Projetos de Ensino e Pesquisa.

Bibliografia

ALMEIDA, Jane S. Estágio Supervisionado em prática de ensino – relevância para a formação ou mera atividade curricular? In: Revista ANDE, n.20, SP, 1994.

ALVES, Nilda . Formação de professores: Pensar e fazer.

ARANHA, Antonia V.S., Trabalho e Educação: Belo Horizonte: UFMG/MEC, 1996.

BECHER, F. A Epistemologia do professor: o cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1993.

BOHNIAK, Regina Questionar o conhecimento: inter-disciplinaridade na escola.

BORDEAVE, J.D. e PEREIRA, A.M., Estratégias de Ensino – Aprendizagem BRANDÃO, C.R., O Educador: Vida e Morte.

CAMARGO, D.A.F. A Didática nos cursos de formação de professores: um enfoque piagetiano.

CANDAU, Vera Lúcia. A Didática em Questão.

CARRAHER, David W. Senso Crítico – Do dia-a-dia às Ciências Humanas. SP: Pioneiras, 1997.

ENGUITA, M. A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.

FAZENDA, Ivani C. A Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia.

FEITOSA, Vera Cristina. Redação de Textos Científicos. Campinas: Papirus, 1991. FONSECA, J.P. Planejamento Educacional Participativo. In: Revista da Faculdade

de Educação da USP, vol. 21, n.1 (Jan/Jun95), SP:, 1995.

FORQUIN, J.C. O planejamento educacional e a prática dos educadores.

FRANCO, Maria L. Qualidade Total na Formação Profissional: do texto ao contexto.

FUSARI, J.C. O planejamento educacional e a prática dos educadores. In: Revista ANDE, n.8 SP, 1984.

GADOTTI, M. Pensamento pedagógico brasileiro.

GENTILI, P. Pedagogia da Exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUSDORF. G. Professores para quê? Para uma Pedagogia da Pedagogia.

HOFFMANN, Jussara. Avaliação Mediadora: uma prática em construção. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1993.



Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	Universitate Estatos de Pransi
VEIGA, Ilma P.A. Projeto Político Pedagógico da escola Campinas: Papirus, 1990.	: uma construção possível.
, Rumo a uma nova didática. , Metodologia da Pesquisa Educacional. SP: Co	ortez 1991
, Prática interdisciplinares na escola.	
, Um desafio para a didática: experiências, vive	ências, pesquisas.
& ROMÃO, J.E. (org), Autonomia da escola: P	rincípios e propostas. SP:
e SILVA, T.T. Neoliberalismo. Qualidade Total	e Educação. Petrópolis:
Vozes, 1995, Avaliação: Mito e Desafio. Porto Alegre: Educ	ação e Realidade 1994
, & RESENDE, Lúcia M. (org), Escola: Espaço	
pedagógico. Campinas: Papirus, 1998.	
Disciplina	Carga horária:
Geografia urbano	64
Ementa:	

complexas estruturas de organização. A ação do capital no processo de urbanização e industrialização.

Bibliografia
CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço e Indústria. São Paulo: Contexto, 1997
CASTELLS, Manual, A questão urbana, Paz e Terra, São Paulo, 1983.

História do Espaço urbano e industrial no campo disciplinar. A estrutura do espaço urbano e industrial, a ação dos agentes que atuam, a ação do homem e suas

CASSILHA A. Gilda & CASSILHA A. Simone, Planejamento Urbano e Meio ambiente. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007. 176 P.

CONTEL, F.B. Rede urbana e cidades médias no Brasil: abordagens clássicas, abordagens contemporâneas. In. HOLANDA, V.c.c. & AMORA, Zenilde B.

(Organizadoras). Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Editora Documentos Ltda., 1969.

LOBATO R.. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). Cidades Médias espaços em

transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p.23-33.

KONZEN, Lucas. A mudança de paradigma em Sociologia Urbana: do paradigma ecológico ao sócio espacial. Revista de Ciências Humanas - Florianópolis - Volume 45, Número 1 - p. 79-99- Abril de 2011.

SILVEIRA, Maria Laura. Globalização e circuitos da economia urbana em cidades brasileiras. Cuadernos Del Cendes. Caracas-Venezuela. Ano 21. Terceira época. Setembro-dezembro de 2004. ISSN: 1012-2508.

SANTOS, Milton, A urbanização Brasileira. 5a edição. São Paulo: Edusp, 1997.

- _-l Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico-informacional. 4ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ____, O espaço dividido os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.



SPÓSITO, M. E. B. Capitalismo e Urbanização. São Paulo. Editora Contexto. 1997.

SETTE, J. Gestão democrática e participativa: um caminho para cidades socialmente justas? Revista Democracia Viva, do Ibase. No. 18, setembro/outubro de 2003.

SOJA, Edward, Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Disciplina	Carga horária:
Prática Curricular IV	64
Ementa:	·

A prática curricular é entendida como uma atuação de direcionamento. acompanhamento e intervenção no cotidiano escolar, concretizando a articulação entre a formação acadêmica e o exercício do docente.

Bibliografia

ALMEIDA, Rosângela Doin de & PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.

AQUINO, J.G. Indisciplina na escola – Alternativas e práticas. São Paulo: Summus editorial, 1996.

BARREIRO, I.M.F.: GERBRAN, R.A. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores. São Paulo: Avercamp.2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999. 144p. (Repensando o Ensino)

CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; SHÄFFER, N. O.; KAERCHER. N. A. Geografia em sala de aula: Práticas e reflexões. Porto Alegre: Editora UFRGS, 4ª Ed., 2003.

FRESCA, T. M. Em defesa dos estudos das pequenas cidades no ensino de Geografia, 27

Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 27-34, jan./jun. 2001. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/10212/9028>. Acesso em 10 mar. 2012.

GASPARIN, J. L. Uma didática para a pedagogia Histórico- Crítica. Campinas: Editora Autores Associados. 2003.

HADJI, C. Avaliação desmistificada. Porto Alegre: Artmed editora, 2001. Leitura complementar:

HOFFMANN, J. Avaliar para promover- as setas do caminho. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

BERBEL, N. A. N. Metodologia da problematização - fundamentos e aplicações. Londrina: Eduel, 1999.

PASSINI, E.Y & PASSINI, R. & MALYSZ, S. T. Prática de Ensino de Geografia e Estágio Supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.

PENTEADO, H. Metodologia do ensino de historia e geografia. São Paulo, Cortez,

RUA, João. et. al. Para ensinar geografia. Rio de Janeiro: ACCESS, 1993.

Secretaria de Estado de Educação do Paraná. Diretrizes Curriculares da

Educação Básica. -Geografia. Paraná. Jam 3 Comunicação, 2008

ZAGURY, Tânia . O professor refém. Rio de Janeiro: Record, 2006.



6. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO 6.1 – PROGRAMA E PROJETO DE PESQUISA

O Programa de Iniciação a Pesquisa - PIC visa encaminhar graduandos em projetos de pesquisa sendo orientados por um professor orientador vinculado a um Grupo de Pesquisa. O acadêmico passa a realizar atividades ligadas a pesquisa em horário diferente das aulas do curso de graduação e, assim, desenvolve conhecimento científico através de projetos que contemplam raciocínio crítico com trabalho de gabinete podendo também ser de laboratório, pesquisa de campo entre outros, sempre considerando metodologias científicas. O PIC envolve o orientando no mundo da pesquisa com a participação em eventos científicos através de publicações e apresentações do resultado de suas pesquisas. A formação de acadêmicos com participação no PIC incentiva os mesmos rumo à Pós Graduação de Mestrado e Doutorado. O aluno que participa do programa pode ser ou não contemplado com bolsa.

O CNPQ aponta os seguintes objetivos do programa PIC:

- Despertar vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores;
- Contribuir para a formação científica de recursos humanos que se dedicarão a qualquer atividade profissional;
- Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- Contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa;
- Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na pós-graduação.
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem alunos de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa; e
- Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica.



6.2 PROGRAMA E PROJETO DE EXTENSÃO

A Extensão Universitária compreende um conjunto de ações com o objetivo de viabilizar a participação de alunos regularmente matriculados em Projetos de Extensão, reforçando o conhecimento da teoria, incentivando a pesquisa e contribuindo para a melhoria de vida da população.

A Extensão funciona como elemento de articulação da universidade com a sociedade, convertendo-se em um agente capaz de elevar o nível cultural geral da sociedade e receber contribuição desta, pois este contato é que permite à Instituição elaborar novos saberes e testar os já elaborados.

Os professores podem desenvolver diferentes atividades extensionista através de projetos que podem estar vinculados:

- Programa de Bolsa de Extensão Universitária (PIBEX)
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência PIBID
- Programa Universidade sem Fronteiras
- Atividades vinculadas às disciplinas do curso de graduação em Geografia

6.2.1 PROGRAMA DE BOLSA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (PIBEX)

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura é o órgão responsável pelo incentivo e normatização das atividades de extensão, que implantou no ano de 2014 o A Extensão Universitária compreende um conjunto de ações com o objetivo de viabilizar a participação de alunos regularmente matriculados em Projetos de Extensão, reforçando o conhecimento da teoria, incentivando a pesquisa e contribuindo para a melhoria de vida da população.

6.2.2 PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA – PIBID

Outro programa que a universidade tem como de extensão é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. Este programa faz uma ponte de ligação entre os acadêmicos dos cursos de licenciaturas e as escolas estaduais e municipais. Ocorre um intercâmbio entre a IES e as escolas públicas, nos quais, os acadêmicos são encaminhados as escolas através dos coordenadores da IES e supervisores (professores que estão nas escolas), e recebem orientação para desenvolver suas atividades de ensino nas escolas juntos aos



estudantes. Assim, o objetivo do PIBID é uma tentativa de promover o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica.

Objetivos do Programa

- Incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- Contribuir para a valorização do magistério;
- Elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- Inserir os graduandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- Incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como co-formadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; e
- Contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura.

6. 2.3 UNIVERSIDADE SEM FRONTEIRAS

O Programa Universidade Sem Fronteiras, existe desde 2007 e foi desenvolvido pela SETI/PR. Tem por finalidade contribuir com o cumprimento da função social das Instituições de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Estado do Paraná, por meio de parcerias com a sociedade civil organizada, visando à implementação de políticas públicas voltadas ao seu desenvolvimento socioeconômico e cultural.

6. 2.4 ATIVIDADES VINCULADAS ÀS DISCIPLINAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

6.2.4.1 METODOLOGIA ENSINO E APRENDIZAGEM NA EXTENSÃO

A concepção de metodologia de ensino e aprendizagem na qual se assenta a Licenciatura em Geografia tem como princípio básico a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Segundo a (ANDES, 2003),



O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão reflete um conceito de qualidade do trabalho acadêmico que favorece a aproximação entre universidade e sociedade, a auto-reflexão crítica, a emancipação teórica e prática dos estudantes e o significado social do trabalho acadêmico. A concretização deste princípio supõe a realização de projetos coletivos de trabalho que se referenciem na avaliação institucional, no planejamento das ações institucionais e na avaliação que leve em conta o interesse da maioria da sociedade (p.30).

Não se pode deixar de apontar o desafio de intensificar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o que ocorrerá por meio dos projetos de ensino. Esse desafio implica em traçar algumas perspectivas dentre as quais o desenvolvimento de projetos interdisciplinares no ensino.

7.0 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA

O princípio básico da proposta de estágio é o da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, também se consideram inseparáveis as fases que compõem todo o processo de educação. Ao final das atividades de estágio, o licenciando deverá estar apto ao desenvolvimento de suas funções.

Por sua vez, espera-se que o trabalho desse futuro profissional da Geografia possa transformar, pelo ensino, a realidade da escola e dos sujeitos nela envolvidos, com vistas à formação de cidadãos autônomos, conscientes e comprometidos com a Ciência em geral, com a Geografia em particular e com a sociedade.

Esse princípio está de acordo com o artigo 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o qual dispõe que: "A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores" (BRASIL, 1996), em consonância com a Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008.



8.0 CORPO DOCENTE

	COORDENADO	R DO COLEGIADO DE CURSO	C 1 / 1	
Nome	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Carga horária semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
José Antônio Demétrio	Graduação em Geografia (licenciatura) pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA em 1992.	Especialização: Área de Concentração: Análise Regional – Geografia do Estado do Paraná pela Universidade Estadual de Maringá, UEM, 1996. Especialização: Área de Concentração Geografia e Meio Ambiente pela Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí FAFIPA, 1997 Mestrado em Geografia Área: Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP Presidente Prudente em 2000. Doutorado em Ciências Ambientais, Área: Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2010.	20h	T40 TIDE



PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Edilaine Valéria Destefani Cunha	Graduação em Geografia (licenciatura) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2000 e (bacharelado) em 2001	Mestrado em Geografia Área de Concentração Análise Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2005 Conclusão 2005 – UEM Doutoranda em Geografia Área de Concentração Análise Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá - UEM Em andamento	T40 TIDE
Gilmar Aparecido Asalin	Graduação em Geografia (licenciatura) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 1994	Mestrado em Geografia Área de Concentração Análise regional) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2008 Doutorado em Geografia área de Concentração Análise Regional pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2015	T40



Virgílio Manuel Pereira Bernardino	Graduação em Geografia (licenciatura) pela Universidade estadual de Maringá – UEM em 1994	Mestrado em Geografia em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP em 2000 Doutorado em Geografia em Análise Regional pela Universidade estadual de Maringá – UEM em 2015	T40 TIDE
Ênio Luiz Debarba	Graduação em Geografia pela Faculdade Estadual de Educação Ciências e Letras de Paranavaí - FAFIPA	Mestrado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho – UNESP em 2001	T24
Marcelo Caetano de Cernev Rosa	Graduação em Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Londrina - UEL Graduado em Análise de Sistemas pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR	Especialização em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina – UEL Mestrado em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP	T40 TIDE
Givaldo Alves da Silva	Graduação em Ciências Sociais Pela Universidade Estadual de Londrina - UEL em 1998	Mestrado em Ciências Sociais Pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho - UNESP em 2003	T40 TIDE



PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação (informar instituição e ano de conclusão)	Titulações (informar instituições e anos de conclusão): Especialização, Mestrado, Doutorado, Pós- Doutorado, incluindo as áreas de formação)	Regime de Trabalho
Lucas César Frediani Sant'ana	Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2007	Mestrado em Geografia em Análise Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2010 Doutorado em Geografia em Análise Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2015	T20
Fernanda Perdigão da Fonseca Toniol	Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2003	Mestrado em Geografia Área de Concentração Análise Regional) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2006 Doutorado em Geografia área de Concentração Análise Regional pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2017	T20
José Ricardo de Oliveira	Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 1998	Especialização em Gestão escolar pela Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação - ESAP, pela Faculdade Integradas do Vale do Ivaí – UNIVALE em 2007 Mestrado em Geografia em Análise Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2015	Т20
Patrícia de Sousa	Graduação em Geografia (licenciatura) pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2000 e (bacharelado) em 2001	Mestrado em Geografia em Análise Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2006 Doutorado em Geografia em Análise Ambiental pela Universidade Estadual de Maringá – UEM em 2013	T20



8.1 NÚMERO DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Graduados: 0 Especialistas: 0 Mestres: 5 Doutores: 6

Pós-Doutores: 0

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é órgão consultivo do Curso de Geografia. Suas atribuições são: elaborar o Projeto Pedagógico do curso de graduação, definindo sua concepção e fundamentos, estabelecer o perfil profissional do egresso do curso atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso, conduzir os trabalhos de reestruturação curricular; supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado, analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares, acompanhar as atividades do corpo docente. Os nomes dos docentes abaixo relacionados, integrantes do NDE do Curso de Geografia foram nomeados pela Portaria nº001/2014-CCHE de 10 de dezembro de 2014.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Geografia – Licenciatura, são:

Edilaine Valeria Destefani Cunha Ênio Luiz Debarba Gilmar Aparecido Asalin José Antônio Demétrio Virgílio Manuel Pereira Bernardino Lucas César Frediani Sant'ana

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

COLEGIADO DE GEOGRAFIA

- 1 sala para o Colegiado com m²
- 2 computadores com Monitor e processador
- 1 impressora,
- 1 notebook,



- 1 data show portátil,
- 2 mesas em L
- 1 estante em aço,
- 1 geladeira

SALAS DE AULA

 4 salas de aula identificadas como salas (31, 32, 33 e 34) com carteiras, quadro de giz e data show.

LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA DIGITAL

- 1 sala/laboratório com 70m²
- 16 computadores
- 1 quadro de giz

LABORATÓRIO DE GEOLOGIA E SEDIMENTOLOGIA

- 1 sala/laboratório com 70m²
- 1 Bancada de concreto revestida em azulejo para trabalhos laboratoriais
- 1 tanque com torneira
- 1 quadro de giz
- 2 armários em aço
- 2 computadores
- Várias amostras minerais
- Várias amostras rochas magmáticas, metamórficas e sedimentares
- 2 Lupas estereoscópicas
- 1 Estufa para secagem
- 1 Balança analítica
- 1 Peneirador elétrico
- 3 bússolas
- 1 termômetro

LABORATÓRIO DE BIOGEOGRAFIA

• Em reforma o local destinado ao laboratório;



- Atividades desenvolvidas até o momento no laboratório de Geologia e sedimentologia;
- Atividades de campo, pesca elétrica e mensuração de espécies da ictiofauna;
- Trabalhos práticos com variedades de Cana-de-açucar: Características do Melhoramento de genético.

O CURSO DE GEOGRAFIA AINDA DISPÕE

• 1 Estação climatológica automática.

BIBLIOTECA CENTRAL

- 1 Sala de Acervo/pesquisa
- 1 Sala de Vídeo 1
- 1 Sala de Vídeo 2
- 1 Sanitário Feminino Interno
- 1 Sanitário Masculino Interno
- 1 Sanitário Feminino Externo
- 1 Sanitário Masculino Externo
- Total da área: 777,08m²

AMBIENTES COMPARTILHADOS

- Mini auditório (área: 69,09)
- Centro de Conferências (área 1.234,29)
- 1 xerox interno pavilhão das salas de aula

SALA DE INFORMÁTICA

- 52 Micros IBM pentium 200 ligados a Internet através Mub 16 pontas 10/10
- 6 Micros pentium 150 32 MB RAM
- 1 Tape Deck
- 45 Fone de ouvido
- 1 Caixa acústica
- 1 Mesa de microfone
- 1 Microfone com pedestal
- 52 Gabinete individual



DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES - DCE

Diretório Central dos Estudantes com 467,68 m²

- 1 Auditório
- 1 Sala de Vídeo
- 1 Sala de reuniões
- 1 Secretaria
- DCE Cantina e Outras Dependências com 252 m²
- 1 Cozinha
- 1 Bar / Salão
- 1 Sala de Jogos / TV
- 1 Xerox
- 1 Sanitário Feminino
- 1 Sanitário Masculino

11. REGULAMENTO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GEOGRAFIA.

Capítulo I

Da Constituição e da Finalidade

- **Art. 1º** O Estágio Supervisionado é um componente obrigatório da organização curricular, que favorece a articulação do ensino com pesquisa e extensão, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com prática de ensino e com as atividades de trabalho acadêmico.
- **Art. 2°** O Estágio como atividade de extensão assume a forma de atividades em que o estudante participa de empreendimentos ou projetos de interesse social.
- **Parágrafo Único** –O Estágio Supervisionado desenvolver-se-á de acordo com as normas estabelecidas neste regulamento e pela legislação vigente.
 - Art. 3º O Estágio Supervisionado em Geografia tem como finalidade:
 - I- Proporcionar aos estagiários vivências de situações concretas comprometidas com a melhoria da qualidade de ensino, intercâmbio de informações e experiências que os preparam para o efetivo exercício da profissão;



- II- Vivenciar os estágios através do desenvolvimento de tarefas cada vez mais complexas tendo em vista a aquisição de segurança e o desenvolvimento da capacidade de execução do trabalho do profissional da Educação;
- III- Oportunizar aos estagiários o exercício efetivo das diversas atribuições de um profissional da educação, à frente da sala de aula percebendo e propiciando dinâmica necessária ao processo de ensino/aprendizagem e no complexo educacional como um todo;
- **Art. 4º** O Estágio Supervisionado pertinente ao curso, estabelecido conforme currículo, é obrigatório e terá caráter teórico-prático.

Capítulo II

Da Documentação Necessária

- **Art. 5º** Para regulamentação do Estágio Supervisionado Obrigatório, o Colegiado de Geografia deverá observar a documentação que segue:
- I Termo de Compromisso entre o estudante, a parte concedente do estágio e a UNESPARcampus de Paranavaí;
- II Plano de Estágio;
- III Relatório de Atividades.
- § 1º O Termo de Compromisso deverá ser firmado entre o estagiário ou seu representante legal, os representantes legais da parte concedente e a UNESPAR/Paranavaí.
- § 2º A celebração de Convênio de Concessão de Estágio entre a UNESPAR/Paranavaí e a parte concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso.
- § 3º O Plano de Estágio visará assegurar a importância da relação teoria-prática no desenvolvimento curricular, deverá ser incorporado ao Termo de Compromisso e será adequado à medida da avaliação de desempenho do estudante.

Capítulo III

Das Modalidades e da Carga Horária



Art. 6º A carga horária do Estágio Supervisionado Obrigatório não poderá ultrapassar seis (06) horas diárias e trinta (30) horas semanais.

Art. 7º As atividades de estágio deverão contemplar as áreas de atuação do futuro professor, ou seja, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, sendo que no 3º Ano, o acadêmico realizará o Estágio I (no Ensino Fundamental) e no 4º Ano, o acadêmico realizará o Estágio II (no Ensino Médio).

Art. 8º A carga horária total de estágio supervisionado, no curso de Geografia, deverá ser de 408 (quatrocentas e oito) horas, compreendendo 204 horas para o 3º ano (Estagio I) e 204 horas para o 4º ano (Estagio II).

Parágrafo único. A carga horária de estágio de cada série deve ser cumprida nas modalidades de observação, participação e direção de classe.

Art. 9º Às 204 horas do estágio supervisionado obrigatório em cada série do curso, deverão ser comprovadas e divididas em:

- I 74 horas aulas e orientações na IES;
- I 10 horas de reconhecimento do campo de estágio;
- II 10 horas de observação/auxílio à docência de aulas de Geografia no Ensino Fundamental II
 no Estágio I e 10 horas de observação de aulas de Geografia no Ensino Médio, no Estagio II;
- III 82 horas de atividades extensionista com projeto de ensino;
- IV 20 horas de regência;
- V 30 horas de organização da pasta da regência.

Capítulo IV

Da organização e do funcionamento do Estágio Supervisionado

Art. 10º - O Estágio deverá ser cumprido nesta IES e nos Estabelecimentos de Ensino que ofertam: Educação Básica, educação de jovens e adultos, educação especial e ensino superior, conforme escolha dos respectivos professores orientadores e do coordenador do curso.



Parágrafo Único - O Estágio desenvolver-se-á em situação real e de preferência em Paranavaí.

Art. 11º - A realização do Estágio se fará, em período diverso daquele destinado à maior carga horária acadêmica.

Parágrafo Único - Na impossibilidade de realizar seu Estágio em turno diverso, o estagiário deverá, sob sua responsabilidade, reservar, por ocasião da matrícula, um horário que lhe permita realizar seu Estágio no mesmo período de aula.

- **Art. 12º** A equipe de Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Geografia constitui-se de:
 - I- Coordenador de Estágio;
 - II- Professor de Estágio;
 - III- Professor Orientador;
 - IV- Estagiários.

Parágrafo Único: Os professores orientadores deverão apresentar como pré requisito para exercício da função a experiência profissional nos diferentes níveis de ensino.

Capítulo V

Da Atribuição do Coordenador de Estágio

- **Art. 13º** São atribuições do coordenador do Estágio de Geografia, quando da realização do Estágio Supervisionado:
 - I- Estabelecer contatos com as escolas e as respectivas direções visando a realização do mesmo;
 - II- Dar assistência regular aos professores orientadores de estágio;
 - III- Julgar os pedidos de dispensa de Estágio em conformidade com o previsto neste regulamento.

Capítulo VI

Da Atribuição do Professor de Estágio

Art. 14º Ao professor de Estágio compete:



- I Ministrar a disciplina de Estágio;
- II Controlar a frequência do(a) estagiário(a);
- III Determinar a escola para realização do estágio;
- IV Verificar se os estagiários apresentem as documentações exigidas pela Central de Estágios, tanto à escola como à UNESPAR.

Capítulo VII

Das Atribuições dos Professores Orientadores

Art. 15º - Aos professores orientadores compete:

- I- Proporcionar condições para que o estagiário vivencie o cotidiano dos estabelecimentos de ensino;
- II- Orientar o estagiário no planejamento e execução das atividades docentes em estabelecimento de ensino;
- III- Acompanhar efetivamente cada estagiário em suas atividades de direção de classe;
- IV- Indicar as fontes de pesquisa e de consulta necessárias para a solução das dificuldades encontradas;
- V- Avaliar o desempenho do estagiário conforme os critérios estabelecidos;
- VI- Manter contatos periódicos com a administração da escola e com o professor regente de classe, na busca do bom desenvolvimento de estágio, intervindo sempre que necessário.

Parágrafo Único – para entendimento do "caput" deste artigo, cada orientação a dois alunos equivalerá uma hora-aula.

Capítulo VIII

Das Atribuições dos Estagiários do Estágio Supervisionado compete:

Art. 16º Ao estagiário compete:



- I- Antes de dirigir-se à escola na qual realizará o estágio deverá aguardar o contrato de estágio na Unespar Campus de Paranavaí e autorização do professor orientador. O contrato de estágio deverá ser apresentado à direção da escola;
- II- Cumprir as etapas previstas para a realização do estágio, a saber:
 - a) observação/participação/colaboração na regência de classe (Integração);
 - b) direção de sala de aula;
 - c) realização das atividades prevista para a disciplina;
 - d) participação em empreendimentos ou projetos de interesse social ou cultural, assumindo a forma de atividades de extensão;
 - e) registro das atividades desenvolvidas;
 - f) elaboração do relatório final.
- III- Discutir com o professor regente o planejamento e a execução das atividades propostas;
- IV- Manter um comportamento compatível com a função docente, pautando-se pelos princípios da ética profissional;
- V- Auto avaliar de modo constante e crítico seu desempenho na função docente;
- VI- Colaborar para solução de problemas na escola, campo de estágio, com seus colegas de turma;
- VII-Comunicar com antecedência sua ausência nas atividades previstas;
- VIII-Sempre que estiver na escola para realizar o estágio deverá ter: pontualidade, respeito com a comunidade escolar e muita educação, evitando atritos com colegas, alunos e profissionais da escola;
- IX- Comparecer a todas as aulas, reuniões e discussões programadas durante o estágio ou quando for individualmente convocado;
- X- Deverá avisar com antecedência (pelo menos 48 horas) o professor orientador, bem como o responsável pela instituição concedente (professor regente da sala de estágio ou coordenador pedagógico), caso haja necessidade de faltar ao estágio, com justificativa plausível;
- XI- Sempre que for realizar o seu estágio em sala de aula, seja de observação, participação, projeto, regência e oficina, o(a) estagiário(a) deverá solicitar com antecedência a autorização do professor regente, sendo que isto deverá ser feito nas horas atividades do professor, evitando interrupções de aulas para este fim;



- XII-Em suas atividades de estágio, deverão considerar o Projeto Político Pedagógico da escola, os planos de ensino, as Diretrizes Curriculares para o Ensino de Geografia e a proposta da Geografia Crítica e os recursos didáticos disponíveis na escola;
- XIII-Deverá preencher a ficha de frequência diariamente e solicitar que o professor ou orientador da escola que o(a) acompanhou a assine; os relatórios de estágio deverão ser entregues sempre em datas estipuladas pelo professor de ES e/ou orientador. O atraso ou não entrega dos relatórios e documentos resultará em nota menor ou zero;
- XIV-Deverá providenciar uma pasta com todos os documentos de estágio (contrato de estágio, fichas, relatórios, projeto, planejamentos, avaliação e atividades, etc.) e disponibilizar ao orientador de estágio, professor da disciplina de estágio e professor regente da sala sempre que solicitado;
- XV-Cumprir integralmente o Plano de Estágio apresentado pelo professor de Estágio Supervisionado;
- XVI-Cumprir integralmente as normas estabelecidas no Regulamento de Estágio Supervisionado em Geografia.

Capitulo IX

Da Avaliação e da promoção

- **Art.** 17º A avaliação na disciplina de Estágio Supervisionado fica condicionada a observância dos seguintes aspectos, além dos previstos pela instituição:
 - I- Desempenho nas atividades teórico-práticas promovidas e/ou solicitadas pelo professor;
 - II- Desempenho na direção de classe;
 - III- Apresentação do relatório final, dentro das normas técnico-cientificas previamente estabelecidas;
 - IV- Seminários.

Parágrafo Único - Os professores de prática de ensino poderão estabelecer outros critérios, desde que devidamente registrados e esclarecidos aos alunos.



- **Art. 18º** Poderão fazer parte da avaliação do Estágio Supervisionado as observações feitas pelo professor regente de classe e pela equipe técnico pedagógica do campo de Estágio.
- **Art. 19º** Para a aprovação na disciplina do Estágio Supervisionado o estagiário deverá obter média igual ou superior a 7,0 (sete) e frequência igual ou superior a 75%.
- **Art. 20º** Não caberá revisão de avaliação, segunda chamada, exame final, dispensa de frequência ou Plano de Acompanhamento de Estudos para o componente curricular Estágio Supervisionado Obrigatório, devendo o estudante repetir o componente integralmente em caso de reprovação.

Capítulo X

Das Disposições Gerais

- **Art. 21º** O cumprimento do estágio relativo ao 3º ano (Ensino Fundamental) e ao 4º ano (Ensino Médio), constitui-se como pré-requisito obrigatório para a aprovação no componente curricular Estágio Supervisionado Obrigatório. O acadêmico somente cumprirá o Estágio II após cumprido o Estágio I
- **Art. 22º** Estudante em Regime de Exercício Domiciliar deve realizar o Estágio Supervisionado Obrigatório em cronograma alternativo, aprovado pelo Colegiado de Curso, desde que respeitada a legislação vigente.
- **Art. 23º** Este regulamento poderá ser modificado no todo ou parte pelo Conselho Departamental, depois de aprovado no Colegiado de Geografia.
 - **Art. 24º** O presente regulamento de Estágio Supervisionado do Curso de Geografia, entrará em vigor na data de aprovação pelo Conselho departamental.

12. REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GEOGRAFIA

Art. 1º O Curso de Geografia com habilitação em Licenciatura apresenta uma carga horária de 200 (duzentas) horas destinadas para atividades complementares, que integralizam a carga horária do currículo da graduação e, portanto são obrigatórias, conforme definido na Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, de 19 de fevereiro de 2002 baseado no Parecer nº 28/2001 do CNE/CP.



- **Art. 2º** As atividades complementares são desenvolvidas no âmbito acadêmico-científico, de pesquisa e de atividades externas estendidas à comunidade categorizadas como de extensão.
- Art. 3º São consideradas atividades de ensino:
- I- Disciplinas relacionadas a área do conhecimento da Geografia oferecidas pela própria instituição, mas não previstas em seu currículo;
- II- Disciplinas optativas relacionadas a área da Geografia;
- III- Disciplinas afins ao curso realizadas em outras instituições, desde que validadas posteriormente pelo colegiado do curso;
- IV- Monitoria de disciplinas ofertadas pelo Curso de Graduação em Geografia desta IES;
- V- Participação de projetos de ensino;
- VI- Estágio extracurricular em escolas;
- VII- Visitas técnicas e trabalhos de campo.
- VIII- Participação em organização de eventos científicos.
- Parágrafo único: O professor deve elaborar um projeto de ensino para a regularização e certificação das atividades previstas em todos os itens, exceto o item VI.
- Art. 4º São consideradas atividades de pesquisa:
- I- Desenvolvimento de Projetos de Iniciação Científica;
- II- Participação em projetos de pesquisa na área de Geografia;
- II- Publicações de resumos expandidos, trabalhos completos e artigos em Anais de eventos, periódicos e revistas especializadas;
- III- Comunicações em eventos científicos (local, regional, nacional ou internacional).
- IV- Participação como ouvinte em eventos de natureza científica (local, regional, nacional e internacional).
- Art. 5º São consideradas atividades de extensão:
- I- Participação em projeto PIBID;
- I- Participação em projetos de extensão na área de Geografia
- II- Cursos de Extensão promovidos pelo Curso de Geografia desta IES ou outras IES;
- III- Estágio em empresa que presta trabalho relacionada a área da Geografia ou voltado à educação;



- § 1. As atividades complementares devem ser desenvolvidas ao longo do curso, podendo realizálas inclusive durante o período de férias ou recessos acadêmicos.
- § 2. As atividades de (AC) poderão ser realizadas tanto na IES no qual o acadêmico cursa a graduação ou em outra IES, desde que, as atividades contemplem habilidades correlacionadas ao perfil do Curso de Graduação em Geografia, permitindo dessa forma um aprimoramento da profissionalização do acadêmico de acordo com sua formação em Geografia.
- § 2. Todas as atividades deverão ser comprovadas por meio de certificados, declarações e atestados, através de cópias junto com os originais para validação e deverão ser encaminhadas à Secretaria Acadêmica que tramitará o processo.
- § 3. O aluno não poderá Colar Grau e receber o diploma de Graduação sem ter cumprido toda a carga horária exigida, mesmo tendo sido aprovado em todas as disciplinas da matriz curricular.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE GRADUAÇÃO LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – UNESPAR – CAMPUS DE PARANAVAÍ			
ATIVIDADES DE ENSINO	Carga horária	Limite máximo	
Monitoria de disciplinas do curso de graduação em Geografia e áreas afins	20 horas atividade/ano	40 horas	
Participação como bolsista PIBID ensino/extensão	10 horas/semestre	40 horas	
Estágio extracurricular em escolas e PSS	10 horas/semestre	20 horas	
Participação em projetos de ensino	5 horas/projeto	25 horas	
Trabalho de campo ou visita técnica	5 horas/trabalho	20 horas	
Oficina ministrada	10 horas/oficina	20 horas	
Palestra ministrada	10 horas/palestra	20 horas	
Apoio técnico em eventos, trabalhos campo, laboratório etc.	8 horas/atividade	16 horas	
Curso na área da Educação online.	4h/curso	12 horas	
Estágio não obrigatório	10horas/semestre	20 horas	
ATIVIDADES DE PESQUISA	Carga horária	Limite máximo	
Desenvolvimento de projetos de Iniciação Científica PIC Participação em projetos de pesquisa na área de	25 horas	50 horas	
Participação em projetos de pesquisa na área de Geografia e áreas afins	20 horas	40 horas	
🛪 🔁 Publicação de resumo simples	2 horas/resumo	20 horas	
Publicação de resumo expandido	4 horas/resumo	20 horas	



Publicação de trabalho completo como autor ou coautor, em periódicos nacionais ou internacionais com conteúdo de Geografia e áreas afins	10 horas/trabalho	20 horas
Publicação de artigo como autor ou coautor, em periódicos nacionais ou internacionais com conteúdo de Geografia e áreas afins	20 horas/publicação	40 horas
Artigo aceito para publicação	10 horas/artigo	20 horas
ATIVIDADES DE EXTENSÃO	Carga horária	Limite máximo
Participação em projetos de extensão na área de Geografia	20 horas/projeto	40 horas
Participação em projetos de extensão em áreas afins	10h/projeto	20 horas
Participação em projetos assistenciais	2h/projeto	10 horas
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	Carga horária	Limite máximo
Participação como ouvinte em eventos de natureza científica na área de Geografia (local, regional, nacional e internacional)	De acordo com a carga horária do evento	100 horas
Participação como ouvinte em eventos de natureza científica em área afim (local, regional, nacional e internacional)	50% carga horária	40 horas
Participação com apresentação de trabalhos (comunicação oral)	8 horas/evento	40 horas
Participação com apresentação de trabalhos (painel)	5 horas/evento	20 horas
Organização de evento (colaborador)	5 horas	20 horas
Participação em Oficinas, cursos e minicursos.	4 horas/certificado	20 horas
Participação/ouvinte palestras da área de Geografia	2 horas/palestra	10 horas
Participação/ouvinte palestras áreas afins	2 horas/palestra	10 horas
Ouvinte em banca de mestrado e doutorado	1 hora/banca	4 horas
Ouvinte em banca de Conclusão de curso/estágio	1 hora/banca	4 horas

13. POS-GRADUAÇÃO EM "GEOGRAFIA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL"

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* "Geografia Ambiental e Desenvolvimento Regional" busca estimular e qualificar acadêmicos egressos do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da UNESPAR – *Campus* de Paranavaí de maneira que o vestibulando possa optar em escolher o Curso de Geografia que lhe vincula ao Curso de Pós-graduação, gratuito, preparando-o para as atividades imediatas, após a graduação como professor. Especialmente para prosseguir aos estudos do futuro Curso de Mestrado. Esse engajamento de trabalho envolve



a forte integração de professores efetivos, temporários e convidados em prol de objetivos comuns de qualificação, considerando o necessário desenvolvimento da pesquisa científica no processo produtivo do Noroeste do Paraná. Essas linhas de pesquisa, contemplam uma vertente ambiental que questiona a necessidade de diagnosticar parâmetros ambientais regionais como subsídios no contexto do desenvolvimento da economia regional e de preparo aos licenciados que transcendem à convivência acadêmica para um compromisso maior de transformação da sociedade, oportunizando registrar e discutir o conhecimento geográfico. Assim sendo, uma melhor qualificação e evolução do curso de licenciatura em Geografia.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. **Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira**. Cadernos ANDES nº 2. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN, 2003.

BRASIL, **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, de 19 de Fevereiro de 2002**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res2_2.pdf>. Acesso em: 01/05/2018.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Campinas: Papirus, 1998.

Diretrizes Curriculares da Educação Básica Geografia – DCNs. **Governo do Paraná Secretaria de Estado da Educação do Paraná**. Departamento de Educação Básica Diretrizes Curriculares da Educação Básica Geografia Paraná. Brasília: 2008. 98 p.

HADJI, Charles. **Pensar e agir a educação:** da inteligência do desenvolvimento ao desenvolvimento da inteligência. Porto Alegre: Artmed, 2001. p 129-148.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (n. 9394/96). **Diretrizes Curriculares** para os Cursos de Graduação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/DocDiretoria.pdf>. Acesso em: 01/05/2018.

MENDONÇA, F. **Dualidade e dicotomia da Geografia moderna**: a especificidade científica e o debate recente no âmbito da Geografia Brasileira. Disponível em:https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/18004> Acesso em fev. 2018.

OLIVA, J. T. Ensino de Geografia: um retrato desnecessário. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **A Geografia em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1995. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Disponível em: https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/pedagogia/a-educacao-basica-no-brasil/5716. Acesso em: 05/04/2018. Projeto Pedagógico Institucional – PPI.



SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da Geografia Física na Geografia. **Revista Terra Livre**, n. 17, 2º semestre/2001. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. In: **Revista de Educação** AEC. Brasília: abril de 1992 (n. 83).